



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - DCT
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - BCT

ELISABETH SABRYNE AIRES DE FREITAS

**UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
EM APODI – RN: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

CARAÚBAS

2024

ELISABETH SABRYNE AIRES DE FREITAS

**UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
EM APODI – RN: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues.

CARAÚBAS
2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

F Freitas, Elisabeth Sabryne Aires de.
862 e Um estudo sobre a desigualdade social e as
políticas públicas em Apodi - RN: Uma análise
sobre o Programa Bolsa Família. / Elisabeth
Sabryne Aires de Freitas. - 2024.
80 f. : il.

Orientador: Francisco Xavier Freire Rodrigues.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Ciência e
Tecnologia, 2024.

1. Bolsa Família. 2. Desigualdade. 3. Políticas
Públicas. I. Freire Rodrigues, Francisco Xavier ,
orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a).

Biblioteca Campus Caraúbas
Bibliotecária: Dalvanira Brito Rodrigues
CRB: 15/700

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ELISABETH SABRYNE AIRES DE FREITAS

**UM ESTUDO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
EM APODI – RN: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Ciência
e Tecnologia.

Defendida em: 16 / 10 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Presidente

Profa. Me. Nayara Katryne Pinheiro Serafim
Membro Examinador

Prof. Esp. Victor Breno de Lima
Membro Examinador

*Dedico à Fernanda e Ryan,
meus irmãos e minha maior inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, pela minha vida, por me dar força e determinação para enfrentar as dificuldades que surgiram ao longo do caminho.

À minha família, minha mãe e meus irmãos, Fernanda e Ryan, que foram fundamentais em todos os momentos, sempre me apoiando.

Um agradecimento especial a Igor Aminadab, que foi fundamental na fase de coleta de dados, possibilitando a conclusão das entrevistas essenciais para a pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues, pela orientação e oportunidade, que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e minha formação acadêmica.

À Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) por todo conhecimento adquirido para realização deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer a minha mãe de santo, Héryka, por todas as bênçãos e apoio espiritual.

Por fim, expresso minha gratidão a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para minha formação e para a realização deste trabalho.

Entre as pequenas coisas que não fazemos e as grandes que não podemos fazer, o perigo está em não tentarmos nenhuma.

Confúcio

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa o impacto das ações do bolsa família nos indicadores de desigualdades sociais na cidade de Apodi-Rn. O objetivo é examinar as ações do bolsa família, e seu desempenho na redução das desigualdades sociais, considerando os fatores econômicos, educacionais e de saúde das famílias contempladas pelo programa. A pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender como as políticas públicas, como o PBF, afetam a desigualdade em um contexto local específico. Os dados foram coletados por meio de um questionário com 21 perguntas, elaborado via Google Forms e distribuído via link pelo WhatsApp. Além disso, foram criados designs no Canva para postagem no Instagram. A análise dos dados foi realizada com base nas respostas dos participantes. Os resultados indicam que o programa tem um impacto positivo na permanência e no desempenho escolar das crianças, além de ajudar na compra de medicamentos e tratamento de saúde. Contudo, problemas estruturais na saúde pública local ainda existem. As críticas incluem a insuficiência do benefício e os desafios na sua ausência.

Palavras-chave: bolsa família; desigualdade; políticas públicas.

ABSTRACT

This Course Completion Work analyzes the impact of Bolsa Família actions on indicators of social inequalities in the city of Apodi-Rn. The objective is to examine the actions of Bolsa Família, and its performance in reducing social inequalities, considering the economic, educational and health factors of the families covered by the program. The research was motivated by the need to understand how public policies, such as the PBF, affect inequality in a specific local context. Data were collected through a questionnaire with 21 questions, prepared via Google Forms and distributed via WhatsApp link. Additionally, designs were created on Canva for posting on Instagram. Data analysis was carried out based on the participants' responses. The results indicate that the program has a positive impact on children's school retention and performance, in addition to helping with the purchase of medicines and health treatment. However, structural problems in local public health still exist. Criticisms include the insufficiency of the benefit and the challenges in its absence.

Keywords: family grant; inequality; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do RN e localização de Apodi - RN (IBGE, 2023).....	24
Figura 2: Pirâmide etária de Apodi - RN (IBGE, 2023).....	25
Figura 3: Cor ou raça	37
Figura 4: Sexo.....	38
Figura 5: Faixa etária	38
Figura 6: Escolaridade do Responsável.....	39
Figura 7: Cor ou raça	40
Figura 8: Sexo.....	40
Figura 9: Cor ou raça e sexo	41
Figura 10: Faixa Etária	41
Figura 11: Nível de escolaridade dos responsáveis	42
Figura 12: Distribuição dos indivíduos que permaneceram no CadÚnico por posição na família segundo a situação de permanência no PBF	43
Figura 13: Distribuição dos indivíduos que permaneceram no CadÚnico por nível de escolaridade alcançado segundo a situação de permanência no PBF.....	44
Figura 14: Cor ou raça	44
Figura 15: Sexo.....	45
Figura 16: Distribuição Etária dos Beneficiários em Apodi - RN.....	54
Figura 17: Distribuição por Gênero dos Beneficiários em Apodi - RN	55
Figura 18: Distribuição do Estado Civil dos Beneficiários em Apodi - RN	55
Figura 19: Número de Beneficiários e Pessoas por Residência em Apodi - RN.....	56
Figura 20: Principais Ocupações dos Beneficiários do PBF	57
Figura 21: Duração do Recebimento do Benefício pelos Beneficiários.....	57
Figura 22: Bolsa Família como Principal Fonte de Renda para os Beneficiários	58
Figura 23: Impacto Econômico do Bolsa Família sobre os Beneficiários	58
Figura 24: Áreas de Utilização do Bolsa Família pelos Beneficiários	58
Figura 25: Quantidade de filhos em idade escolar	59
Figura 26: Efeito do PBF na Permanência dos Filhos na Escola	59
Figura 27: Impacto do Benefício na Melhora do Desempenho Escolar dos Filhos	60
Figura 28: Impacto do Benefício na Aquisição de Material Escolar.....	61
Figura 29: Manutenção dos Estudos dos Filhos e/ou do Beneficiário sem Recebimento do Auxílio	61
Figura 30: Contribuição do Bolsa Família para a Compra de Medicamentos e Tratamentos de Saúde	62
Figura 31: Impacto do Benefício nas Condições de Saúde Familiar.....	62
Figura 32: Avaliação do PBF	63
Figura 33: Papel do Bolsa Família na Diminuição da Pobreza no Brasil.....	63
Figura 34: Relatos de Melhoria de Vida Atribuídos ao Bolsa Família	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Frequência Escolar	34
Quadro 2: Saúde	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC – Benefício Complementar.

BET – Benefício Extraordinário de Transição.

BPI – Benefício Primeira Infância.

BRC – Benefício de Renda de Cidadania.

BVF – Benefício Variável Familiar.

CadÚnico – Cadastro
Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IMDS – Instituto Mobilidade e Desempenho Social.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

NIS – Número de Identificação Social.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PBF – Programa Bolsa Família.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

PIB – Produto Interno Bruto.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RN – Rio Grande do Norte.

SEPM – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Origem da desigualdade.....	20
2.2 A desigualdade social como problema	20
2.3 Os tipos de desigualdade social	21
2.4 Desigualdade em Apodi - RN.....	24
2.5 As políticas públicas e o combate à desigualdade social	27
2.6 Programa Bolsa Família.....	29
2.6.1 Saída e permanência no CadÚnico.....	36
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	46
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	54
5 CONCLUSÃO.....	67
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
APÊNDICE I.....	73
APÊNDICE II.....	77
APÊNDICE III	78

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um fenômeno presente na humanidade desde os primórdios. Contudo, só passou a ser objeto de preocupação e estudo a partir do século XVIII, com a chegada da era moderna, impulsionada pela industrialização e pela Revolução Industrial na Europa. Antes disso, durante o período feudal, considerava-se a desigualdade algo natural, visto que a sociedade era hierárquica e estratificada. Não havia garantias de igualdade, pois tanto as decisões políticas quanto as judiciais eram controladas pelo rei, enquanto a Igreja exercia uma influência central na estruturação da sociedade. A modernidade trouxe consigo as leis, direitos e deveres, mas não conseguiu desfazer as desigualdades enraizadas na sociedade, que são fruto de um processo complexo de construção. Portanto, faz-se necessário desenvolver elementos de compensação social para promover a igualdade nas sociedades contemporâneas (Manzano, 2022).

Para Therborn (2010), as desigualdades são diferenças hierárquicas evitáveis e moralmente injustificadas. Ou seja, surge como uma construção social, que é naturalizada pelas pessoas, mas não é criada por elas. Essas desigualdades são, na verdade, impostas pelo paradigma do capitalismo, que atuam reforçando esse elemento. O capitalismo, com suas principais características de competitividade, propriedade privada e busca incessante por lucro, perpetua e acentua as disparidades sociais, criando um ambiente em que a desigualdade se torna uma consequência estruturada e sistemática da organização econômica e social.

É verdade que as desigualdades estão presentes em diversos aspectos da humanidade, constituindo um fenômeno multifacetado. A sociologia pós-Marx designou a classe social como a principal fonte de desigualdade que afeta as oportunidades de vida da sociedade. Com o passar dos anos, especialmente no século XX, outras dimensões de desigualdade passaram a ser reconhecidas como cada vez mais importantes. Já em 1970, havia uma compreensão mais ampla sobre as diversas origens de desigualdade nas sociedades modernas (Giddens e Sutton, 2017).

O pensamento feminista começou a causar impactos significativos sobre a sociologia a partir da década de 1960, com o surgimento do movimento feminista moderno. Esse movimento trouxe à tona questões fundamentais sobre as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Destacam-se algumas características da teoria feminista. Entre elas, observa-se que essa teoria se concentra em vários aspectos do patriarcalismo, ou seja, no poder predominantemente detido pelos homens. De acordo com as argumentações feministas, o

patriarcalismo desempenha um papel igual ou mais significativo do que as desigualdades de classe na determinação das oportunidades de vida de uma pessoa. Além disso, acredita-se que a superioridade do homem sobre a mulher não é determinada biologicamente, mas sim por estruturas de poder e convenções sociais. Isso implica que a inferioridade das mulheres na relação com os homens decorre não apenas da falta de direitos legais, econômicos, políticos e culturais equivalentes, como também da fragilidade na aplicação e fiscalização dessas leis. Embora existam legislações que garantam a igualdade de gênero em diversos segmentos da sociedade, sua execução é muitas vezes precária, e a própria sociedade relativiza a aplicação dessas normas. Exemplos incluem leis que buscam compensações sociais na política, como a lei do percentual de mulheres candidatas por coligação e a lei de paridade salarial (Brym, 2006).

A teoria feminista investiga como o patriarcalismo opera tanto em nível individual (micro) quanto de maneira mais abrangente (macro). Ademais, defende que as desigualdades de gênero podem e devem ser transformadas para o bem de todos. As principais origens dessa desigualdade decorrem da forma como as crianças são educadas, das oportunidades de acesso igualitário à educação, ao trabalho remunerado e à política, além da distribuição desigual das tarefas domésticas entre homens e mulheres (Brym, 2006).

Ao pensarmos em desigualdade de forma geral, encontramos diversos tipos, cada um com suas particularidades e comunidades distintas. Um exemplo é a diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função e têm o mesmo tempo de trabalho, caracterizando a desigualdade de gênero. Também temos a desigualdade racial, que no Brasil — um país com um passado escravocrata recente — ainda carrega essa herança: a maior parte da população negra enfrenta discriminação e vive em condições de pobreza. Por sua vez, a desigualdade de classe separa a população em grupos conforme sua escolaridade, ocupação, riqueza e bens, configurando uma forma de estratificação social. Cada tipo de desigualdade apresenta suas especificidades e impactos nas comunidades (Therborn, 2010).

É evidente que a alienação das pessoas não é um fenômeno recente; muitos vivem uma vida programada para trabalhar e sobreviver. De um lado, há aqueles com grande poder aquisitivo; do outro, está a maioria, que luta para subsistir com salários baixos. Conforme citado por Marx:

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna

o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza) (MARX, 1964, p. 161).

Para Marx, o conceito de classe designa um grupo de pessoas que tem uma relação comum com os meios de produção e os sistemas de classe (Giddens e Sutton, 2017). Logo, percebe-se que Marx argumenta sobre a desigualdade de classe, em que o sistema capitalista detém o poder, onde a classe que trabalha (proletariado) é explorada pela classe dominante (burguesia). A alienação citada no trecho acima decorre da forma como os trabalhadores são separados daquilo que produzem. Trabalham muito, por vezes em ambientes precários, e recebem apenas uma pequena fração como salário, enquanto a burguesia acumula a maior parte do lucro. Essa alienação também faz com que haja uma divisão na sociedade, ou seja, entre aqueles que controlam os meios de produção e aqueles que produzem os bens, gerando, assim, desigualdades sociais em termos de renda, oportunidades e melhores condições de vida.

As causas da desigualdade social passam, necessariamente, pela distribuição dos recursos necessários à vida humana. Em um mundo capitalista, a má distribuição financeira divide os indivíduos em grupos que possuem mais oportunidades do que outros. Segundo o sociólogo alemão Dahrendorf (1992), em seu ensaio sobre o conflito social moderno:

“As chances de vida nunca são igualmente distribuídas. Não conhecemos nenhuma sociedade na qual todos os homens, mulheres e crianças tenham as mesmas prerrogativas e gozem dos mesmos provimentos. Não conhecemos sequer uma em que todos os homens tenham o mesmo status”.

Com isso, Dahrendorf evidencia que o fenômeno da desigualdade se apoia, sobretudo, na falta de acesso às mesmas oportunidades por todos.

A desigualdade atinge todo o mundo, e o Brasil se destaca como um dos países mais desiguais. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em sua pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011, realizada com 187 países, o Brasil ocupa a 84ª posição no ranking do IDH. Nesta pesquisa, são levadas em conta as variáveis educação, saúde e renda. O Brasil se destaca por possuir uma baixa mobilidade social e educacional entre as gerações; ou seja, não se observou uma evolução significativa no nível educacional do brasileiro ao longo dos anos. Além disso, mesmo com a redução da extrema pobreza, ainda há uma diferença significativa entre as camadas mais ricas e as mais pobres da sociedade brasileira. O índice de Gini, que é uma medida estatística da desigualdade de renda, reforça essa concepção, sendo 0,544 em 2019 (Conceição e Zamora, 2015; IBGE, 2020).

Um dos mecanismos de combate à desigualdade social são as políticas compensatórias, ou políticas públicas, que podem ser definidas como o conjunto de medidas que objetivam a redução das desigualdades. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, conhecida como "constituição cidadã", assegura direitos básicos ao povo brasileiro, os quais tentam garantir a equidade. O Estado brasileiro possui diversos programas sociais que buscam garantir equidade no acesso à renda, à moradia, à terra, entre outros. Um dos programas mais conhecidos é o Bolsa Família, que auxilia financeiramente famílias em situação de vulnerabilidade social. A luta pela construção de um modelo social justo, que amplie a qualidade e a quantidade de recursos para atender às demandas brasileiras, deve ser constante, pois há grandes desafios para superar as desigualdades no país (Godinho, 2011).

É válido ressaltar que Secchi (2009) menciona que há autores que argumentam em favor de uma abordagem estatista e outra multicêntrica em relação ao protagonismo na elaboração das políticas públicas. A abordagem estatista enfatiza que o Estado é o grande responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas, enquanto a visão multicêntrica descentraliza a figura do Estado e inclui vários atores na criação dessas políticas, como a sociedade civil, desde que o problema tenha viés público.

Entende-se por política pública, no senso comum, qualquer ação ou medida adotada pelo governo para tratar questões e problemas que afetam a sociedade como um todo ou grupos específicos de pessoas. No entanto, a palavra em si recebeu uma série de definições que, com o tempo, foram sendo ressignificadas (Agum, 2015)

Thomas Dye (1984) conceitua política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, e esta é uma das definições aceitas. Essa definição foi baseada no artigo de Bachrach e Baratz (1962), publicado na *American Political Science Review*, intitulado "Two Faces of Power" (ou "Duas Faces do Poder"). O trabalho evidencia que a maneira como o governo lida com questões sociais — muitas vezes priorizando certas pautas enquanto outras demandas podem ser atendidas conforme a vertente política — também origina-se de políticas públicas (Agum, 2015).

Lasswell, anterior a Dye, traz também uma designação para o que seriam as políticas públicas: "quem ganha o quê, por quê e que diferença faz?" Esses questionamentos ajudam a destacar os principais elementos envolvidos nas políticas públicas, que seriam os atores envolvidos (quem ganha), o que se pretende atingir (o quê), os motivos subjacentes para a ação

governamental (por quê) e o efeito das políticas públicas (que diferença faz), permitindo entender que esse conceito envolve objetivos, beneficiários e implicações (Agum, 2015).

Sendo assim, com o auxílio de pesquisas, o projeto tem por finalidade estudar de que maneira as políticas públicas presentes no município de Apodi – RN, em especial o PBF, conseguem diminuir as desigualdades no município. Considerando que a cidade de Apodi – RN está situada na região Nordeste, um local com problemas sociais históricos agravados pelos períodos de estiagem, seca, pobreza e fome, é de suma importância investigar quais são as desigualdades que mais persistem e que causam mais danos à população, e de que maneira as formas de combatê-las, se existirem, estão sendo eficientes. Pois, mesmo que o Estado proponha maneiras de amenizar as disparidades, não há garantias de que elas sejam eficazes, já que devem ser levadas em consideração as peculiaridades do local afetado pelo problema. Dessa forma, como o PBF contribui para a redução das desigualdades sociais em Apodi - RN? Qual o alcance desse programa?

Assim, considera-se que o objetivo deste estudo é avaliar o impacto do PBF na redução da desigualdade social em Apodi - RN, bem como sua eficácia em melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias, identificando os principais desafios e oportunidades de aprimoramento deste programa. Como objetivos específicos, têm-se:

- Identificar usuários do Bolsa Família em Apodi – RN;
- Avaliar o impacto econômico do Programa na cidade de Apodi – RN;
- Avaliar a influência do Programa na educação dos beneficiários;
- Avaliar o acesso aos serviços de saúde dos beneficiários;
- Analisar os impactos do Bolsa Família na diversificação de consumo das famílias beneficiárias;
- Impacto do Bolsa Família na condição social das mulheres;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelo Programa;
- Entender como as famílias beneficiárias veem o Programa e como ele afeta suas vidas.

A realização deste trabalho justifica-se pelo fato de o Brasil ser um dos países mais historicamente desiguais do mundo e um dos que possuem uma rede de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade. Além disso, esse tema é de fundamental importância para o país, uma vez que as desigualdades tendem a crescer. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, os rendimentos médios dos 1 % que mais ganham na população do país eram mais de 30 vezes superiores aos rendimentos médios dos 50 % que

menos ganham. Esse dado evidencia que o Brasil necessita diminuir a distância entre esses grupos para uma vida mais harmoniosa.

Sendo assim, estudar a desigualdade no município de Apodi – RN é necessário, visto que esse problema afeta o território municipal. Conhecer a realidade e entender de que maneira os programas sociais transformam a vida das pessoas é muito importante para medir a eficácia das políticas compensatórias. Além disso, realidades distintas trazem consigo desafios diferentes; por isso, é preciso saber se há problemas a serem superados e como isso pode ser feito.

O PBF desempenha um papel de extrema importância na vida de muitas famílias, incluindo a minha. Durante vários anos, dependemos desse benefício como um apoio essencial para o nosso sustento. Ele não apenas nos proporcionou acesso a recursos básicos, como alimentação e educação, mas também criou um ambiente mais estável e seguro para nossa família. Graças a esse programa, podemos enfrentar desafios econômicos com mais facilidade, pois contamos com essa ajuda todos os meses.

Além disso, o PBF também contribui para o desenvolvimento social do país, diminuindo a desigualdade e promovendo a inclusão de famílias de baixa renda na sociedade. É crucial que esse programa seja mantido e fortalecido, para que mais pessoas possam se beneficiar dele e construir um futuro melhor para suas famílias e para o Brasil como um todo.

Este estudo tem o potencial de servir como base para a discussão sobre a desigualdade no município e espera-se que seja relevante para acender o movimento em busca de melhorias na equidade. Assim, com tal iniciativa, ter-se-ia uma sociedade melhor informada sobre os problemas contemporâneos e os desafios que devem ser superados.

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, organizados da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta a introdução, abordando a temática, a problemática, os objetivos gerais e específicos, além da justificativa. O segundo capítulo dedica-se ao referencial teórico, que serve como base para o estudo. O terceiro capítulo descreve a metodologia, detalhando os procedimentos adotados ao longo da pesquisa. No quarto capítulo, são analisados os resultados, onde discutimos os dados obtidos. Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões acerca do trabalho realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem da desigualdade

Therborn (2010) inicia sua reflexão estabelecendo a diferença entre desigualdade e diferença, termos que são frequentemente dados como sinônimos, mas que possuem sentidos distintos dentro das ciências sociais. Inicialmente, a desigualdade é algo vertical, enquanto a diferença é algo horizontal. Além disso, a desigualdade fere o princípio de igualdade entre os homens, e, por último, a desigualdade é algo que pode ser extinta. Essas características são essenciais para entender a distinção entre esses termos e para o início da discussão.

Foi durante a industrialização do século XVII, consolidada posteriormente no século XVIII, que a sociedade europeia experimentou o início de uma mudança: a passagem da era feudal para a modernidade, onde tudo começou a se transformar. A partir disso, a questão social foi colocada em pauta. A divisão entre proletariado e burguesia foi a primeira a ser explorada de forma social e estudada em suas relações interdependentes. Os trabalhadores eram vistos como parte essencial do sistema, mas não se sentiam parte da nova sociedade devido às condições de exploração em que se encontravam. A partir desse momento, as desigualdades deixaram de ser vistas como algo natural e passaram a ser entendidas como consequência do sistema capitalista acumulador, uma vez que se reconhecia que o homem possuía direitos (Castel, 2010).

Pode-se ainda afirmar que, após o século XVIII, existiram pelo menos quatro grandes momentos em relação à desigualdade econômica no mundo: primeiro, o processo de concentração de renda até a Grande Depressão; em seguida, uma redução no ritmo até a Segunda Guerra Mundial; depois, uma estabilidade até os anos 1970; e, por último, um retorno ao crescimento no final da década de 1970. Essa linha temporal e sua distribuição não foram uniformes em todo o mundo, pois o processo é multicausal e de difícil entendimento devido aos diversos fatores, agentes e contextos envolvidos (Cavalcante, 2020).

2.2 A desigualdade social como problema

A desigualdade configura-se como um problema devido à sua capacidade de gerar desagregação na sociedade. É um processo danoso que impede o pleno desenvolvimento

harmonioso. Os danos da desigualdade podem ser divididos em pelo menos três principais eixos: o econômico, o político e o social. Economicamente, a desigualdade atrasa o desenvolvimento, afeta a demanda do mercado e impacta a formação da mão de obra. Politicamente e socialmente, as consequências incluem a baixa coesão social, o aumento dos índices de criminalidade, limitações ao exercício da cidadania, comprometimento da mobilidade social, adoção de medidas protecionistas e dificuldade no acesso às políticas de proteção social (CEPAL, 2016; 2018; Fuentes Nieva e Galasso, 2014).

No contexto da sociedade capitalista, as desigualdades têm adquirido várias formas em virtude das influências políticas e sociais que foram se desenvolvendo em cada período histórico e contexto específico. No entanto, elas sempre estão presentes, evidenciando esse modo de produção e reprodução social. Isso se traduz em várias manifestações da questão social, que variam em intensidade, extensão e escala em diferentes países. Problemas como a fome, a miséria, o desemprego, a violência e más condições de habitação, saúde, educação e inclusão social são apenas alguns dos aspectos que compõem a problemática das desigualdades e da privação de direitos na sociedade capitalista ocidental. Essas questões criam crises estruturais, sociais, políticas, econômicas e humanitárias sem precedentes. Logo, o futuro da humanidade é uma questão que gera reflexões importantes e impõe a necessidade de ações coletivas por parte dos diversos atores sociais em cada contexto específico e na realidade global. Essa realidade, muitas vezes, é manipulada pelas necessidades do capital, em vez de atender às necessidades humanas (Chaves e Arcoverde, 2021).

2.3 Os tipos de desigualdade social

Existem diversos tipos de desigualdade, cada uma surgindo de maneira distinta e espalhando-se de forma diferente. Em sua maioria, as relações de poder se conjugam e se inter-relacionam, gerando um cenário desigual. Segundo Therborn (2001), a produção das desigualdades está vinculada ao que ele chama de modo de produção de valor, ou seja, ao que as sociedades definem como importante e à forma como isso é construído. Um exemplo é o dinheiro: seu valor é uma construção social, e quem detém mais tem maior poder; consequentemente, quem possui menos tem menor acesso a esse poder, gerando a desigualdade — neste caso, a desigualdade de renda. Além disso, existem outros tipos de desigualdade baseadas na exploração, como a escravidão e seus desdobramentos, como o *apartheid*, e a

construção de diversas sociedades baseadas no patriarcado, que é a subjugação das mulheres pelos homens.

No contexto da sociedade brasileira, um dos maiores fenômenos de desigualdade refere-se à raça, pois a formação histórica, política e social perpetua preconceitos e estigmas ao longo do tempo. Segundo o IBGE (2019), a população de raça ou cor é a que mais está exposta aos efeitos da pobreza. Em relação ao emprego, são os que mais estão desempregados; em relação à renda, são a maioria que está abaixo da linha da pobreza; no que diz respeito à moradia, ocupam as piores residências; e o mesmo acontece na educação, com os piores índices. Assim, é evidente que a superação dessas desigualdades, em seus diversos aspectos, é um desafio para o futuro. De acordo com o IBGE (2023), entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, 40,0 % estavam vivendo em situação de pobreza em 2022, um patamar duas vezes superior à taxa da população branca, que era de 21 %. Essa disparidade ilustra como a pobreza afeta de forma desproporcional diferentes grupos raciais (Gomes, 2023).

Além disso, a desigualdade de renda presente no Brasil é um tema histórico, problemático e que reverbera há anos. Segundo Campello *et al.* (2017), por mais que, entre 2002 e 2015, a desigualdade de renda tenha diminuído devido a repercussões políticas na conjuntura social e econômica, o Brasil ainda continua sendo um dos países mais desiguais do mundo, na qual a renda dos mais ricos supera em muito a renda da maior parte da população. Dados recentes mostram, porém, uma melhoria significativa nesse cenário. A porcentagem de indivíduos em situação de extrema pobreza, isto é, aqueles que subsistiam com menos de R\$200,00 mensais, diminuiu para 5,9 % em 2022, em comparação com os 9,0 % registrados em 2021. Enquanto isso, a parcela de pessoas em situação de pobreza, vivendo com até R\$637,00 por mês, declinou de 36,7 % em 2021 para 31,6 % em 2022. Em números absolutos, em 2022, existiam 12,7 milhões de indivíduos em situação de extrema pobreza e 67,8 milhões na pobreza, representando uma redução de aproximadamente 6,5 e 10,2 milhões de pessoas, respectivamente, em comparação ao ano anterior (Gomes, 2023).

No Nordeste como um todo, a média de pessoas vivendo na pobreza é de 51 %, significativamente maior do que em outras regiões, como o Sul, onde o percentual de pessoas na pobreza é de apenas 17 %. Porém, vale ressaltar que, apesar do alto percentual de pessoas vivendo na pobreza, o Rio Grande do Norte apresenta a menor taxa entre os estados da região Nordeste. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que pelo menos 44,2 % da população do Rio Grande do Norte viveu em situação de pobreza ao longo de

2022, e 9,4 % (cerca de 33,7 mil pessoas) se encontravam na extrema pobreza. Essa estatística ressalta a magnitude dos desafios enfrentados por estados específicos, como o Rio Grande do Norte, e a necessidade de políticas direcionadas para combater a pobreza e promover a inclusão social em nível local. Em 2022, o índice de Gini foi registrado em 0,526, demonstrando uma diminuição em relação ao ano anterior, que atingiu 0,587. No entanto, se considerarmos as fontes de renda provenientes de benefícios de programas sociais governamentais, o índice aumenta para 0,576 (G1 RN, 2023).

Entre 2021 e 2022, houve uma diminuição da pobreza e da extrema pobreza em todas as regiões do Brasil, com notáveis reduções no Norte e Nordeste, destacando-se quedas de 7,2 e 6,2 pontos percentuais na pobreza, e 5,9 e 5,8 pontos percentuais na extrema pobreza, respectivamente. Essas regiões, que têm uma significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade econômica, são também aquelas em que os programas sociais de transferência de renda têm um impacto mais expressivo. Além disso, o Centro-Oeste registrou a maior diminuição na pobreza, de 7,3 pontos percentuais, principalmente devido ao dinamismo no mercado de trabalho local em 2022. Na análise por região, em 2022, o Nordeste, com 27 % da população total do país, concentrou 43,5 % da população vivendo em situação de pobreza e 54,6 % em extrema pobreza. Enquanto isso, o Norte, representando 8,7 % da população nacional, abrigou 12,8 % das pessoas em pobreza e 11,9 % em extrema pobreza. A situação no Nordeste é especialmente preocupante, já que mais da metade (51 %) de sua população estava em situação de pobreza. Em contraste, o Sudeste, com 42,1 % da população total do Brasil, concentrou 30,7 % da população em pobreza e 23,8 % em extrema pobreza. Esses dados evidenciam as disparidades regionais no enfrentamento da pobreza e ressaltam a necessidade de políticas específicas para cada região (Gomes, 2023).

Outro tipo de desigualdade pertinente e danosa que persiste no Brasil é a desigualdade de gênero. A maior parte das sociedades ocidentais desenvolveu suas instituições com base em organizações estruturais que refletem valores patriarcais e práticas machistas. Isso resultou na subjugação das mulheres pelos homens em uma relação de superioridade sexista. Os efeitos na sociedade incluem a menor representatividade política feminina, a ocupação de cargos inferiores em empregos e a segregação em determinados locais, além de padrões de comportamento diferenciados. Portanto, é urgente buscar transformações na conjuntura social, implementando políticas de igualdade de gênero e de conscientização (Julião e Oliveira, 2021).

2.4 Desigualdade em Apodi - RN

Antes de discutirmos a desigualdade em Apodi - RN, é importante conhecer um pouco sobre esta cidade, localizada no estado do Rio Grande do Norte (Figura 1), que abrange uma extensão territorial de 1.602,477 km². Mossoró desempenha um papel significativo como região de influência, região intermediária e região imediata para Apodi - RN. A localidade está inserida na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião da Chapada de Apodi - RN.

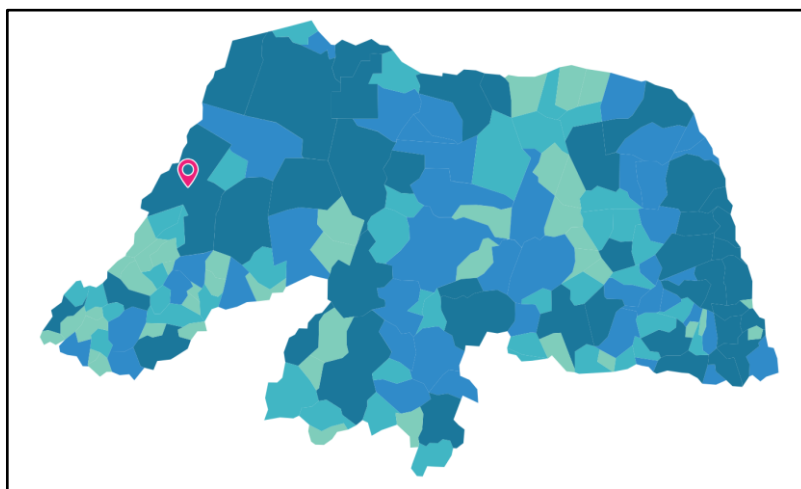


Figura 1: Mapa do RN e localização de Apodi - RN (IBGE, 2023)

Apodi - RN possui o segundo maior território do estado, o qual divide-se em 4 regiões: ao norte a Chapada, ao sul a região das Pedras, ao leste a região do Vale e ao Oeste a região da Areia. Essa divisão representa a diversidade física do território. A parte urbana do município possui 24 bairros, sendo eles: Baixa do CAIC; Bacurau I; Bacurau II; Betel; Bicentenário; Bico Torto; Centro; Cruz de Almas; Cohab; Garilândia; Independência; IPE; Lagoa Seca; Malvinas; Missões; Pequé; Portal da Chapada; Pody dos Encantos; São João; São José; São Sebastião; São Vicente; Timbaúba do Campo; Teimosos (Benevides e Costa, 2022).

De acordo com o censo mais recente realizado em 2022, Apodi - RN registra uma população de 36.093 habitantes. Desse total, 18.286 são mulheres e 17.807 são homens, resultando em uma densidade demográfica de 22,52 habitantes por quilômetro quadrado. Adicionalmente, a pirâmide etária correspondente é apresentada na Figura 2, na qual percebe-se que possui base larga, e topo estreito, o que indica alta taxa de natalidade e expectativa de vida baixa. E ainda que a maior quantidade de pessoas se encontra na faixa de 30 a 44 anos.

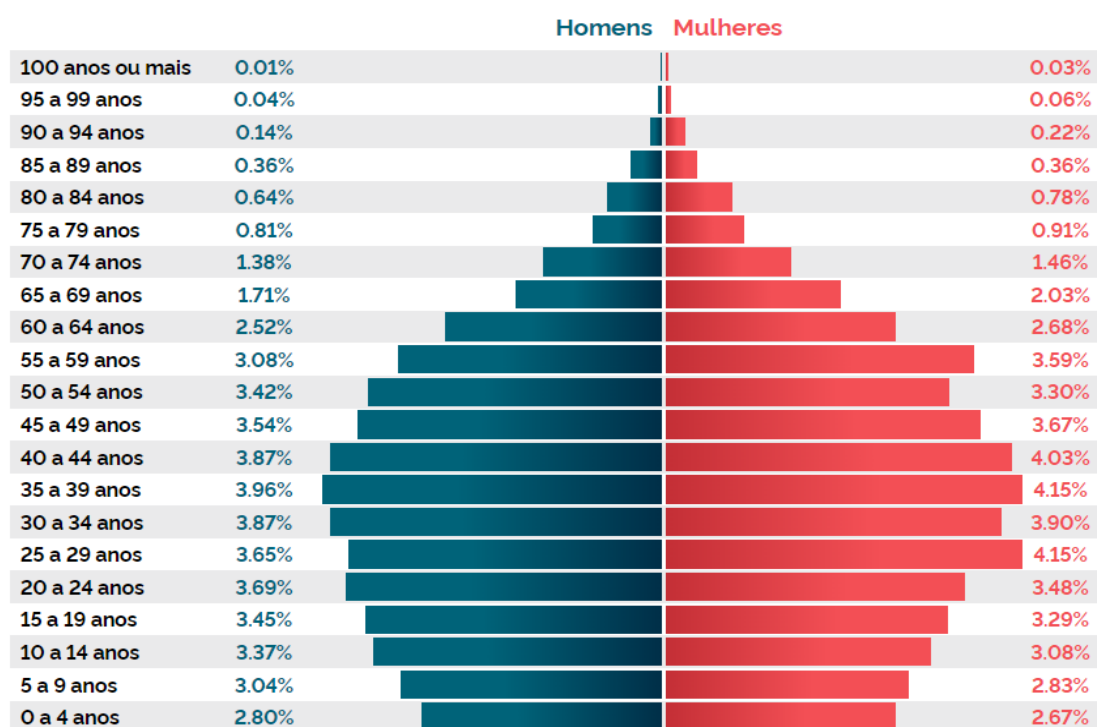


Figura 2: Pirâmide etária de Apodi - RN (IBGE, 2023)

No ano de 2021, Apodi - RN apresentou um cenário em que o salário médio mensal dos trabalhadores formais alcançava 1,6 salários-mínimos. A taxa de ocupação atingiu 11,2 %, o que corresponde a 4.448 pessoas ativas no mercado de trabalho. Destaca-se, ainda, que 51,9 % da população residia em domicílios com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa (IBGE, 2023). Os indicadores apresentados ressaltam a importância da implementação de estratégias e políticas voltadas para a valorização do trabalho e a melhoria da distribuição de renda na comunidade de Apodi - RN.

No que se refere a educação, a taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade em 2010, era de 97,2 %, o que indica um bom acesso à educação nesse grupo etário. Já em 2023, Apodi - RN registrava 4.049 matrículas no ensino fundamental e 1.634 no ensino médio, 233 docentes no ensino fundamental e 129 docentes no ensino médio, 32 escolas de ensino fundamental e 5 escolas de ensino médio (IBGE, 2023).

Na economia, destaca-se que em 2021 o Produto Interno Bruto (PIB) em Apodi - RN atingiu a marca de 19.763,55. Adicionalmente, observou-se que o percentual das receitas oriundas de fontes externas era de 88,4 % em 2015, o índice de desenvolvimento humano municipal de 0,639 em 2010. Em relação às finanças públicas, no ano de 2017, o município

registrou um total de receitas realizadas de 65.151.728,13 e total de despesas empenhadas de 61.116.863,61 (IBGE, 2023).

Em relação à saúde, no ano de 2022, foi registrado uma taxa de mortalidade infantil média de 21,27 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias de 5,5 para cada 100.000 habitantes em 2022. Comparado com todos os municípios do estado, Apodi - RN fica nas posições 26º de 167º e 50º de 167º, respectivamente, para mortalidade infantil e internações por diarreias. Quando comparado a cidades do Brasil todo, Apodi - RN se encontra nas posições de 1039º de 5570º e 2232º de 5570º, respectivamente, para os mesmos indicadores de mortalidade infantil e internações por diarreias (IBGE, 2023).

Em relação ao meio ambiente, Apodi - RN apresenta um total de 8,19 km² de área urbanizada, bioma caatinga. Em 2010, o município contava com 10,5 % de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84,2 % de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4,2 % de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 111º de 167º, 60º de 167º e 52º de 167º, respectivamente, para esgotamento sanitário adequado, arborização em vias públicas e urbanização adequada. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4312º de 5570º, 2060º de 5570º e 3633º de 5570º, respectivamente, para os mesmos indicadores.

Os dados apresentados fornecem uma visão abrangente da realidade de Apodi - RN em diversos aspectos sociais, econômicos, educacionais, de saúde e ambientais. Essas informações são de grande importância para a compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pela cidade de Apodi - RN.

Na economia, destaca-se a necessidade de estratégias voltadas para a valorização do trabalho e a melhoria da distribuição de renda, já que foi possível constatar que mais da metade da população reside em domicílios com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa. Esse valor é extremamente baixo e precisa de uma melhoria urgente, para que a população de Apodi - RN tenha uma melhor qualidade de vida.

O acesso à educação para a faixa etária de 6 a 14 anos é positivo, mas é importante continuar monitorando e melhorando a qualidade do ensino. Os números de matrículas, docentes e escolas indicam uma infraestrutura educacional adequada, mas a qualidade do ensino e o acesso em outros níveis também devem ser considerados. Garantir uma educação de

excelência em todos os níveis é essencial, pois a educação se configura como o caminho fundamental para o aprimoramento de uma sociedade.

O desempenho na saúde, como evidenciado pela taxa de mortalidade infantil e as internações por diarreias, destaca áreas que podem necessitar de atenção e investimentos para melhorias, especialmente quando comparado com outros municípios e cidades do Brasil.

Já no contexto ambiental, a extensão da área urbanizada e os índices relacionados a saneamento e urbanização mostram áreas específicas que podem demandar intervenções e políticas para promover um ambiente mais saudável e sustentável.

Em resumo, as informações apresentam uma visão abrangente de Apodi - RN, proporcionando fundamentação para a elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento voltadas para o bem-estar e o avanço sustentável da comunidade. Buscando que a população tenha sempre uma melhor qualidade de vida e que possa reduzir a desigualdade, já que a renda de mais da metade da população é baixa.

2.5 As políticas públicas e o combate à desigualdade social

A desigualdade social é uma questão delicada e persistente, pois afeta sociedades em todo o mundo. A sua manifestação se dá de diversas formas, desde as diferenças econômicas até a falta de acesso básico, como educação e saúde. Nessa problemática, as políticas públicas têm um papel fundamental, já que representam as formas que uma sociedade possui para abordar e, idealmente, tentar reduzir essa desigualdade.

No Brasil, entre 2003 e 2016, durante os governos do PT, foram adotadas algumas políticas, como o PBF, as cotas sociais e raciais de acesso ao ensino superior e a política de correção do salário-mínimo. O PBF é um programa voltado para famílias muito pobres e/ou pobres, com filhos matriculados em escolas, e foi um destaque durante os governos de Lula e Dilma. O governo anterior, sob Fernando Henrique Cardoso, promovia benefícios a 3,6 milhões de famílias em 2002, enquanto o Bolsa Família beneficiou 14,1 milhões de famílias, com valores mensais de cerca de R\$ 142 milhões em 2013. Entre seus beneficiários, a grande maioria era composta por mulheres e negros (Bielschowsky, 2014). O financiamento é realizado por meio de recursos públicos que equivalem a uma pequena fração de 0,5 % do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. O programa alcança 25 % da população brasileira e desempenha um

papel relevante na diminuição da pobreza no país. Entretanto, a contribuição do Bolsa Família para amenizar as desigualdades sociais, especialmente a de renda, é muito limitada. Segundo Medeiros e Souza (2013), o PBF, juntamente com todas as outras medidas de transferência direta de renda, contribui apenas com 1 % para a composição do índice de Gini.

No que se refere às desigualdades associadas a gênero e raça, foram criadas, em 2003, políticas voltadas para mulheres, como a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SEPM), e outra para a promoção da igualdade racial, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). As cotas sociais e raciais em universidades federais no Brasil foram introduzidas em 2012, reservando metade das vagas em instituições federais de ensino superior para egressos de escolas públicas, com alocação baseada na proporção dos diferentes grupos raciais ou étnicos (brancos, indígenas, negros e pardos) em cada região. Contudo, em 2016, aproximadamente apenas 2 milhões dos 8,2 milhões de estudantes universitários no Brasil estavam matriculados em instituições federais, de acordo com o INEP (2018).

Considerando que a população negra representa cerca de 51 % e a população indígena 0,5 % do total da população brasileira, fica evidente que o programa de cotas federais, em sua plena vigência, ofertará apenas cerca de 515 mil vagas com base em critérios raciais/étnicos. Tal programa favorece um grupo pequeno entre os mais de 100 milhões de negros e 800 mil indígenas que vivem no Brasil (Costa, 2019). A aceitação e eficiência dessa política pública podem variar, mas ela desempenha um papel importante na busca por uma sociedade mais igualitária e justa.

O salário-mínimo, por sua vez, tem sofrido ajustes ao longo dos anos devido à redemocratização e às pressões políticas contínuas, articuladas por federações e sindicatos. Entre 2002 e 2013, houve um aumento de 75 % em termos reais; e entre 1995 e 2014, o crescimento real foi de 128,8 % (Costa, 2019). De acordo com Saboia e Hallek Neto (2016), o aumento do salário é responsável por mais da metade da queda do coeficiente de Gini observado no período entre 2004 e 2013. Dentre as causas responsáveis por essa redistribuição do crescimento real do salário-mínimo, destaca-se que 70 % dos trabalhadores brasileiros ganham menos de dois salários-mínimos mensalmente.

Assim, um aumento real do salário-mínimo tem um grande impacto agregado (Dieese, 2014); quando o salário-mínimo aumenta, as aposentadorias mais baixas, que estão vinculadas a ele, também aumentam automaticamente (Saboia e Hallek Neto, 2016); e, considerando que

muitas mulheres e negros ocupam serviços de baixa remuneração, o aumento do salário mínimo ajuda a diminuir as desigualdades de gênero e raça (GOV, 2015).

É válido ressaltar que, se os programas sociais hipoteticamente não existissem, os efeitos seriam significativos: a proporção de pessoas vivendo na pobreza em 2022 aumentaria em 12 %, chegando a 35,4 % da população total. Da mesma forma, a extrema pobreza teria um aumento de 80 %, passando de 5,9 % para 10,6 % da população do país. Além disso, sem esses programas sociais, o índice de Gini, que já é alto, seria 5,5 % maior do que o registrado atualmente. Em vez do índice de 0,518, ele subiria para 0,548. Isso ressalta a importância contínua dessas políticas na luta contra as desigualdades sociais, especialmente em um contexto em que as disparidades econômicas e sociais persistem (Gomes, 2023).

2.6 Programa Bolsa Família

O discurso realizado no lançamento do Bolsa Família em 2003 destaca a importância da experiência acumulada ao longo da história em programas de transferência de renda para a criação dessa nova política. Ana Fonseca, secretária-executiva do programa, mencionou o projeto do senador Eduardo Suplicy em 1991 para instituir um programa de renda mínima como uma das bases para o Bolsa Família, destacando-o como o ponto de partida para vários programas semelhantes em estados, municípios e no Distrito Federal. Também, ela reconheceu outros nomes essenciais nesse processo, como Cristovam Buarque, José Roberto Magalhães Teixeira e Antônio Palocci, que lançaram os primeiros programas em 1995 no Distrito Federal, Campinas e Ribeirão Preto, respectivamente. Dessa forma, o Bolsa Família não surgiu do nada, entretanto ele é resultado da acumulação de experiências anteriores em programas de assistência social e transferência de renda. Esse contexto remonta à década de 1930, com as primeiras leis voltadas para os trabalhadores e os mais pobres, e se solidifica na Constituição de 1988, que estabeleceu a assistência social como política pública (Weissheimer, 2018).

Após a instituição desse novo marco legal e institucional, no início dos anos 1990, foram aprovadas leis importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). No final do governo Fernando Henrique Cardoso, diversas políticas visando melhorar a renda e a qualidade de vida dos mais pobres foram implementadas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Agente Jovem, o Sentinela, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. O governo Lula consolidou

essas iniciativas sob o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), integrando várias ações em um único programa: o Bolsa Família, que abrange assistência social, segurança alimentar, saúde, educação infantil e transferência de renda (Weissheimer, 2018).

Na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de outubro de 2003, foi criado o PBF pela Medida Provisória nº 132. Essa iniciativa, que visa transferir renda às famílias mais vulneráveis, foi convertida em lei em janeiro de 2004 (MDS, 2023).

De acordo com a Cartilha do Programa Bolsa Família, elaborada por Maria Carolina Prado Lage (2023), o relançamento do PBF pelo Governo Federal, ocorrido em 2023, marca um avanço significativo na proteção e assistência às famílias mais vulneráveis. Considerado o maior programa de transferência de renda do Brasil, o PBF possui um modelo de benefício mais abrangente, que leva em conta não apenas o número de membros da família, mas também suas características individuais. Assim, famílias com três ou mais pessoas receberão uma quantia maior, reconhecendo suas necessidades distintas.

Além de assegurar uma renda básica para as famílias em situação de pobreza, o PBF procura unificar políticas públicas. Essa abordagem visa fortalecer o acesso das famílias a serviços básicos, como saúde, educação e assistência social. O programa não apenas proporciona ajuda financeira, mas também busca resgatar a dignidade e a cidadania das famílias por meio de ações complementares, articulando-se com outras políticas, como assistência social, esporte, ciência e trabalho. Isso reflete o compromisso do governo em enfrentar os desafios estruturais que perpetuam a desigualdade, com o objetivo de criar oportunidades mais justas e igualitárias para todos os brasileiros (Lage, 2023).

Ainda segundo a Cartilha do Programa Bolsa Família, o Bolsa Família traz uma série de destaques que prometem melhorar significativamente o apoio às famílias beneficiárias:

- Todas as famílias receberão no mínimo R\$600,00. É um compromisso sólido do Governo Federal com as famílias que dependem do programa para sua subsistência.
- Crianças de 0 a 6 anos terão um adicional de R\$150,00, o que demonstra um cuidado especial com o desenvolvimento infantil.
- O Bolsa Família prioriza gestantes, crianças e adolescentes até 18 anos, oferecendo não apenas o benefício de renda básica, mas também um adicional de R\$50,00 para reforçar sua proteção durante fases críticas da vida.

- O aumento no valor de renda para entrada significa que mais famílias em situação de insegurança alimentar serão beneficiadas pelo programa.
- Para aquelas que estão entrando no mercado de trabalho e aumentando sua renda, o programa oferece medidas de apoio, como a Regra de Proteção, que permite que a família permaneça no programa por até 24 meses, recebendo 50 % do valor do benefício, caso sua renda ultrapasse a linha de entrada até meio salário-mínimo.
- Para garantir a segurança dos beneficiários, as famílias que decidirem sair voluntariamente do programa ou estiverem na regra de proteção e precisarem retornar terão prioridade na concessão.
- Durante a transição entre os programas, nenhuma família perderá o benefício ou receberá menos de R\$600,00 proporcionando estabilidade e segurança durante esse período de mudança.

Além dos destaques acima, os novos benefícios do PBF trazem uma ampla gama de suporte financeiro para as famílias em situação de vulnerabilidade, dentre eles tem-se: O Benefício de Renda de Cidadania (BRC), este é o benefício básico, concedido a todos os membros da família, no valor de R\$ 142 por pessoa. Ele constitui a base do apoio financeiro do programa; O Benefício Complementar (BC), é um adicional pago às famílias beneficiárias do Bolsa Família, caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja suficiente para atingir o montante mínimo de R\$ 600,00 por família (Lage, 2023).

O complemento é calculado para assegurar que nenhuma família receba menos do que esse valor crucial para sua subsistência; Benefício Primeira Infância (BPI) é destinado às crianças com idade entre 0 e 6 anos, este benefício é de R\$ 150,00 por criança. Ele reconhece a importância crucial dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e visa fornecer um suporte financeiro adicional durante essa fase fundamental. Por fim, O Benefício Variável Familiar (BVF) que é direcionado às famílias que tenham gestantes, crianças entre 7 e 12 anos incompletos, e/ou adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos em sua composição. Ele é no valor de R\$ 50,00 por pessoa que se enquadre nesses critérios, reconhecendo as necessidades específicas desses grupos dentro da família (Lage, 2023).

Recentemente, em maio de 2024, o município de Apodi - RN atendeu 7.323 famílias pelo PBF, foram 16.804 pessoas beneficiadas. O investimento totalizou R\$ 4.719.279,00, com um benefício médio de R\$ 644,53. A distribuição dos benefícios do Bolsa Família, por tipo,

sucedeu da seguinte forma: 16.804 BRC, 7.084 BC, 1.980 BPI, 3.850 BVF e 77 Benefício Extraordinário de Transição (BET), aplicados em circunstâncias específicas até maio de 2025, para garantir que nenhum beneficiário receba menos do que era concedido no programa anterior, o Auxílio Brasil. Logo, fica evidente o impacto desse programa em Apodi - RN, mostrando como ele se desdobra em diferentes tipos de apoio financeiro para atender às diversas necessidades das famílias beneficiárias (Brasil, 2024).

No que se refere ao acesso à Bolsa Família, as regras para ingresso são claras. Sendo a principal delas, a renda mensal por pessoa da família, não deve ultrapassar R\$ 218,00. Esse valor é uma medida crucial para garantir que o programa alcance aqueles que mais precisam. Significa que todas as fontes de renda da família, somadas e divididas pelo número de pessoas, não devem exceder esse limite. Para se inscrever no Bolsa Família, faz-se necessário que a família esteja devidamente cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Este cadastro é uma base de dados que agrupa informações socioeconômicas das famílias em todo o país. A inscrição pode ser feita em postos de cadastramento ou atendimento da assistência social nos municípios, em que os dados são registrados e atualizados conforme necessário. Vale destacar que o cadastramento é apenas o primeiro passo. Ele não garante automaticamente a entrada no programa. A elegibilidade é verificada periodicamente, e o benefício é concedido com base nos critérios estabelecidos pelo programa. Essa abordagem objetiva garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz às famílias que realmente necessitam do suporte oferecido pelo Bolsa Família (Lage, 2023).

Em Apodi - RN, já vem realizando as atividades de cadastramento no Cadastro Único e, atualmente, em maio de 2024, tem-se os seguintes dados: 12.674 famílias inseridas no Cadastro Único, 9.465 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos, 9.039 famílias com renda de até meio salário mínimo e 7.684 famílias com renda de até meio salário mínimo com o cadastro atualizado (Brasil, 2024).

Para acessar os benefícios do Bolsa Família, é emitido um cartão para o responsável pela família, que pode sacar o benefício mensalmente. Quando o cadastro contém as informações completas, incluindo o CPF correto do responsável, é automaticamente aberta uma Conta Poupança Social Digital. Dessa forma, a família não precisa ter uma conta bancária existente ou abrir uma por conta própria para receber o Bolsa Família. Além da possibilidade de sacar o benefício por meio do cartão, os beneficiários têm acesso a uma gama de serviços bancários

adicionais, como transferências, pagamento de contas e PIX, tudo diretamente pelo aplicativo. Se os dados fornecidos não forem suficientes, é aberta uma conta simples especificamente para o pagamento do benefício (Lage, 2023).

Mensalmente, o benefício é depositado, seguindo o calendário do programa, e fica disponível nos últimos 10 dias úteis do mês, conforme o último dígito do Número de Identificação Social (NIS) do responsável pela família. Aqueles que já são beneficiários podem continuar sacando os benefícios com o cartão que já tem atualmente. Já os novos beneficiários receberão os cartões no endereço fornecido durante a inscrição no Cadastro Único. A família tem diversas opções para sacar o benefício, incluindo: agências da CAIXA (postos de atendimento bancários ou postos avançados de atendimento), unidades lotéricas, correspondentes CAIXA aqui, terminais de autoatendimento e unidades itinerantes (Lage, 2023).

Na Cartilha do Programa Bolsa Família também é apresentado que para verificar quais benefícios do Bolsa Família sua família está recebendo, o Aplicativo Bolsa Família é uma ferramenta útil. Nele, é possível obter informações sobre os benefícios da família, incluindo as datas do calendário de pagamentos, a situação do benefício e quais parcelas já foram sacadas. O Responsável Familiar tem acesso aos dados e pode verificar as notificações encaminhadas pelo Governo Federal para sua família. Para continuar recebendo o benefício do Bolsa Família mensalmente, é importante manter os dados cadastrais sempre atualizados. Os dados não devem ficar sem atualização por mais de 24 meses. Qualquer mudança no endereço, telefone de contato ou composição da família, como nascimento de uma criança, falecimento de um membro da família, casamento ou adoção, deve ser comunicada ao setor responsável pelo cadastramento no município. Isso garante que o programa atenda às famílias de acordo com suas características e necessidades individuais. Além disso, as famílias beneficiárias detêm compromissos obrigatórios nas áreas de saúde e educação. Estes compromissos visam reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e incluem:

- Realização do acompanhamento pré-natal para gestantes;
- Acompanhamento do calendário nacional de vacinação para crianças;
- Monitoramento do estado nutricional das crianças menores de 7 anos;
- Frequência escolar mínima de 60 % para crianças de 4 a 5 anos e 75 % para beneficiários de 6 a 18 anos que ainda não concluíram a educação básica.

Desde o terceiro período de 2022, nos meses de junho e julho, o acompanhamento das condicionalidades de educação retornou a ser obrigatório. Com a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que instituiu o novo PBF, o acompanhamento da educação para jovens entre 18 e 21 anos deixou de ser exigido. As demais faixas etárias e suas respectivas frequências mínimas mensais continuam inalteradas. Em novembro de 2023, 4.134 beneficiários de 4 a 18 anos em Apodi - RN eram elegíveis para o acompanhamento das condicionalidades de educação. Desses, 3.964 foram efetivamente acompanhados, representando uma cobertura de 95,9 %, bem acima da média nacional de 80 %. Esse alto índice de acompanhamento escolar destaca o bom desempenho do município, que deve continuar investindo na manutenção e melhoria desse patamar. É importante que o município compare suas taxas de acompanhamento e cumprimento por faixa etária com as médias nacionais, podendo-se notar no Quadro 1, para identificar possíveis lacunas e aprimorar continuamente seu desempenho no monitoramento da frequência escolar (Brasil, 2024).

Quadro 1: Frequência Escolar

Educação	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)
Público para acompanhamento	563	2.833	738
Pessoas acompanhadas	530	2.751	683
Taxa de acompanhamento em Apodi - RN	94,1 %	97,1 %	92,6 %
Taxa de acompanhamento no Brasil	70,3 %	83,1 %	75,9 %
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	523	2.732	664
Taxa de cumprimento em Apodi - RN	98,7 %	99,3 %	97,2 %
Taxa de cumprimento no Brasil	95,6 %	96,6 %	92,1 %

Fonte: Brasil (2024).

Durante a pandemia de Covid-19, o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF não foi interrompido, no entanto o registro das informações sofreu impacto significativo. A coleta de dados continuou não obrigatória da primeira vigência de 2020 até a primeira vigência de 2021. A partir da segunda vigência de 2021, o Ministério da Saúde voltou com a obrigatoriedade do registro, levando a uma recuperação parcial dos níveis de acompanhamento,

embora ainda abaixo dos patamares pré-pandemia. Em dezembro de 2023, 10.342 beneficiários tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde em Apodi - RN, incluindo crianças menores de 7 anos e mulheres. O município conseguiu acompanhar 9.338 beneficiários, alcançando uma cobertura de 90,3 %, superior à média nacional de 78,9 %. Apesar de Apodi apresentar um bom desempenho, é crucial manter e melhorar esses níveis. O município deve inclusive monitorar separadamente os resultados de acompanhamento das agendas de saúde para crianças e mulheres (Quadro 2), a fim de identificar possíveis lacunas na cobertura. Os dados sobre o não cumprimento das condicionalidades de saúde e situação nutricional devem ser usados para promover a articulação entre os setores de educação, assistência social e saúde, visando superar vulnerabilidades das famílias e identificar demandas e direitos sociais (Brasil, 2024).

Quadro 2: Saúde

Saúde	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Público para acompanhamento	1.990	8.352
Pessoas acompanhadas	1.436	7.902
Taxa de acompanhamento em Apodi - RN	72,2 %	94,6 %
Taxa de acompanhamento no Brasil	56,4 %	86,9 %
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	1.436	-
Taxa de cumprimento em Apodi - RN	100,0 %	-
Taxa de cumprimento no Brasil	97,7 %	-

Fonte: Brasil (2024).

As famílias que não cumprem as condicionalidades do PBF podem encarar consequências progressivas, começando com uma advertência, seguidas por bloqueio, suspensão e, em casos específicos, cancelamento do benefício. Esse processo, conhecido como repercussão, deve ser visto como um sinal de possíveis vulnerabilidades que impedem o acesso à saúde e à educação. É importante que o poder público auxilie essas famílias para ajudá-las a superar suas

dificuldades, permitindo que retomem o cumprimento das condicionalidades e o acesso regular aos serviços (Brasil, 2024).

Em suma, o PBF é essencial para redução da pobreza como também responsável pelo desenvolvimento humano a longo prazo e inclusão social, colaborando para uma sociedade mais igualitária e coesa.

2.6.1 Saída e permanência no CadÚnico

A seguir, será apresentado dados do Instituto Mobilidade e Desempenho Social que analisou a saída e permanência no Cadastro Único em relação aos beneficiários do PBF de 2005, em relação à situação em 2019, com foco na região Nordeste, que pode ser encontrada em IMDS (2024). Esta análise abrange tanto os titulares quanto os dependentes, com idades entre 0 e 50 anos ou mais, e tem como ponto de estudo o município de Apodi - RN, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Esses dados são cruciais para compreendermos a dinâmica e os impactos dos programas de assistência social em comunidades específicas.

Existem três maneiras para analisar as condições de vulnerabilidade econômica dos beneficiários após 14 anos: Primeiramente, tem-se os beneficiários de 2005 que ainda estavam presentes nas famílias listadas na folha de pagamentos do PBF em 2019, o que indica sua continuidade como beneficiários. Nesse grupo, constatou-se que 36,8 % das pessoas permaneceram registradas no Cadastro Único, dentro de famílias beneficiárias do PBF. Em segundo lugar, os beneficiários de 2005 que não estavam mais listados na folha de pagamentos do PBF em 2019, mas foram identificados no Cadastro Único, representando uma população que ainda enfrentava vulnerabilidade econômica, embora não sejam elegíveis para o programa. Este grupo compreendeu 23,6 % das pessoas encontradas no Cadastro Único, inseridas em famílias não beneficiárias do PBF.

Por fim, os beneficiários de 2005 que não foram encontrados no Cadastro Único de 2019, indicando sua ausência nos registros oficiais de pessoas com baixa renda no Brasil, totalizando 36,9 % fora do cadastro único. No entanto, é importante ressaltar que para esta análise considerou-se que, entre 2005 e 2019, uma pequena porcentagem de 2,7 % das pessoas selecionadas pode ter falecido. Portanto, embora esteja ausente do Cadastro Único, não se pode afirmar com exatidão que isso se deve à superação da condição de vulnerabilidade econômica.

As figuras abaixo mostram o perfil demográfico dos beneficiários do PBF de 2005. A Figura 3 mostra que os negros representavam a maior parte, com um total de 5.142 pessoas, ou 48,9 % do total. Logo em seguida, estavam os brancos, com 4.075 pessoas, ou cerca de 38,8 %. E 1.279 pessoas (12,2 % do total) não foram encontradas no Cadastro Único de 2012, sugerindo uma possível falta de registros atualizados.

Aqueles autodeclarados amarelos, os que não foram informados e os indígenas compreendiam uma proporção menor dos beneficiários, totalizando 16 indivíduos, ou aproximadamente 0,1 % do total. Esses dados são importantes para compreender a distribuição racial dos beneficiários do PBF em 2005 e podem orientar políticas sociais mais eficazes e inclusivas, enfatizando a importância da coleta precisa e atualizada de dados demográficos para garantir que os programas de assistência social atinjam efetivamente aqueles que mais precisam.

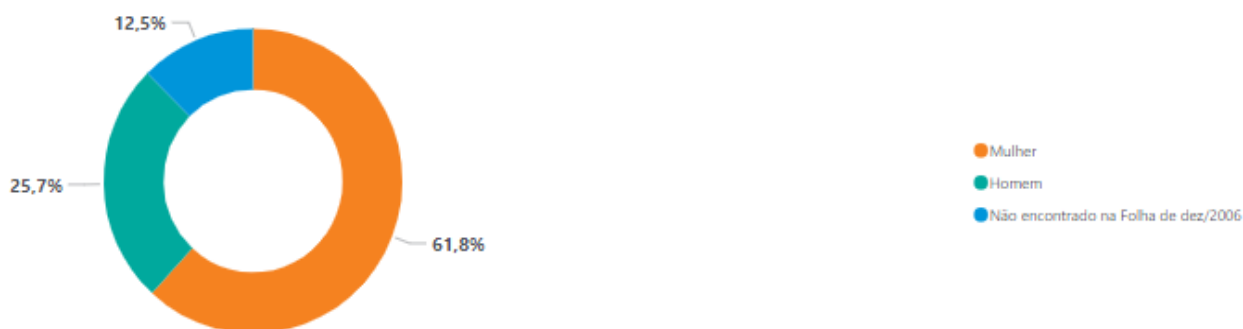
Figura 3: Cor ou raça



Fonte: IMDS, 2024.

A análise da Figura 4 revela a composição de gênero dos beneficiários do PBF. Cerca de 61,8 % dos beneficiários são mulheres, ou seja, mais da metade da população, indicando uma preocupação do programa em abordar desigualdades de gênero e atingir grupos que historicamente enfrentam maior vulnerabilidade econômica. Ainda assim, aproximadamente 25,7 % são homens, uma parcela considerável, demonstrando a inclusão masculina nas iniciativas de assistência social. Entretanto uma parcela de 12,5 % dos beneficiários não foi encontrada na folha de dezembro de 2006.

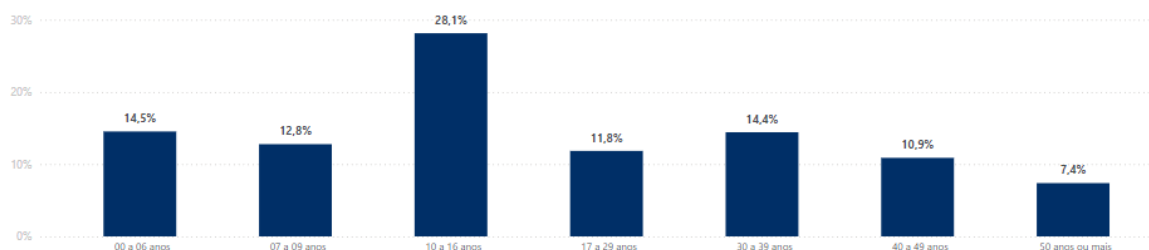
Figura 4: Sexo



Fonte: IMDS, 2024.

Em relação à faixa etária (Figura 5) de 10 a 16 anos, representando 28,1 % do total, são beneficiários do PBF, o que sugere uma parcela significativa de crianças e adolescentes entre os beneficiários. Logo abaixo, a faixa etária de 0 a 6 anos também é representativa, com 14,5 %, evidenciando a atenção do programa para as necessidades das crianças em idade precoce. Por outro lado, 7,4 % dos beneficiários possuem 50 anos ou mais, o que indica uma menor presença de idosos no programa.

Figura 5: Faixa etária



Fonte: IMDS, 2024.

A Figura abaixo analisa a diversidade educacional entre os responsáveis pelo PBF. Destaca-se que aproximadamente 44,8 % dos beneficiários, quase metade deles, não têm informação sobre isso, o que pode indicar uma lacuna nos registros ou dificuldades na obtenção desses dados. Além disso, cerca de 19,5 % possuem educação até o nível fundamental, mas não completaram todos os anos iniciais. Essa prevalência de baixa escolaridade sugere uma realidade comum entre os beneficiários. Outros 15,2 % dos responsáveis concluíram todos os anos iniciais do ensino fundamental. Porém representa uma parcela significativa, ainda é uma proporção menor em comparação com outras categorias. Nota-se que apenas 4,4 % dos

responsáveis possuem ensino médio completo, indicando uma minoria com esse nível de escolaridade mais elevado.

Dessa forma, fica claro que há uma tendência predominante de baixa escolaridade, ressaltando a importância de políticas educacionais e sociais voltadas para melhorar o acesso à educação e elevar o nível educacional desses grupos vulneráveis.

Figura 6: Escolaridade do Responsável

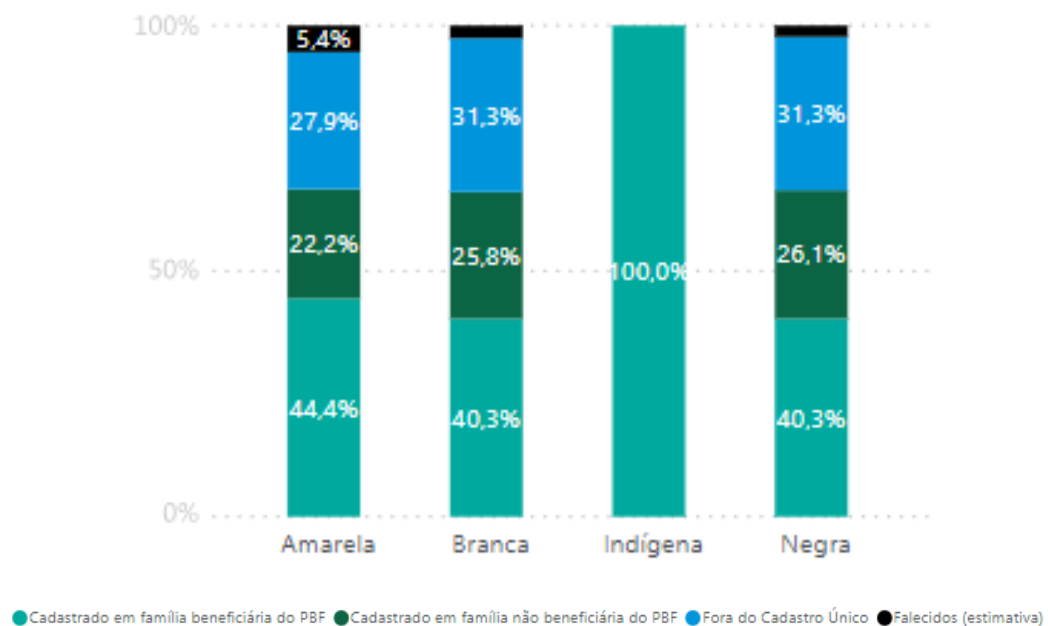


Fonte: IMDS, 2024.

Nas Figuras a seguir, observa-se como a situação de vulnerabilidade econômica se distingue de acordo com as características demográficas dos beneficiários. Essas informações são cruciais para orientar políticas públicas que visam a redução da pobreza e da desigualdade, especialmente considerando as disparidades identificadas entre os grupos étnico-raciais.

Na Figura 7, por exemplo, vê-se que 44,4 % das pessoas autodeclaradas como amarelas e 40,3 % das pessoas autodeclaradas como negras estão em situação econômica vulnerável. Surpreendentemente, todos os indígenas cadastrados no programa estão em situação econômica vulnerável, indicando uma necessidade urgente de políticas específicas para esse grupo. Mesmo os que não são beneficiários do PBF, as disparidades na vulnerabilidade econômica existem. Enquanto 22,2 % dos autodeclarados amarelos enfrentam vulnerabilidade econômica, esse número é um pouco maior para brancos (25,8 %) e negros (26,1 %). Uma descoberta preocupante é que uma parte significativa da população fora do Cadastro Único também enfrenta vulnerabilidade econômica.

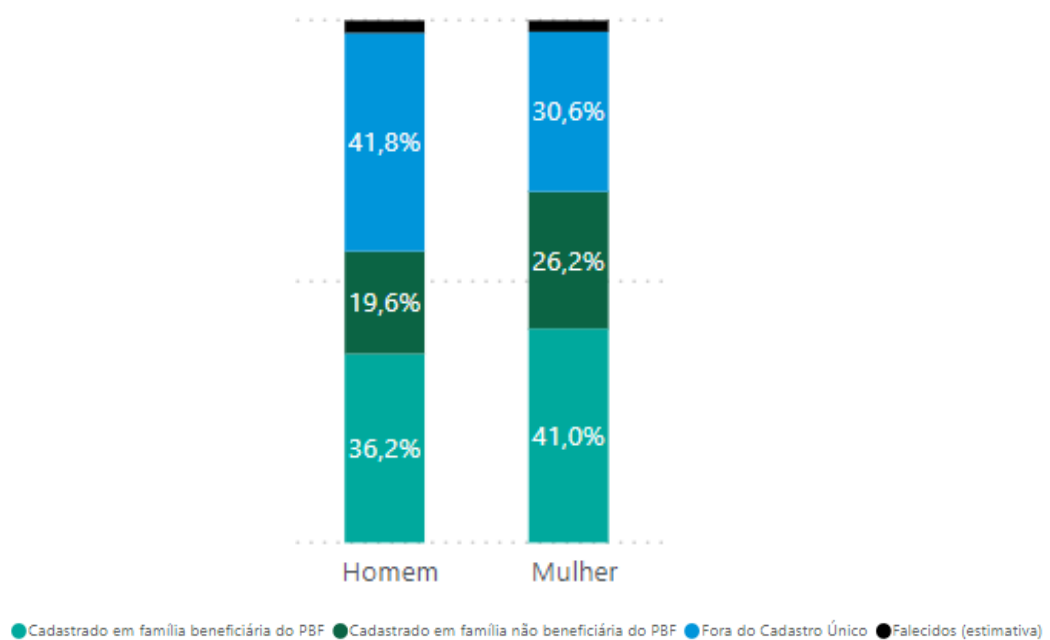
Figura 7: Cor ou raça



Fonte: IMDS, 2024.

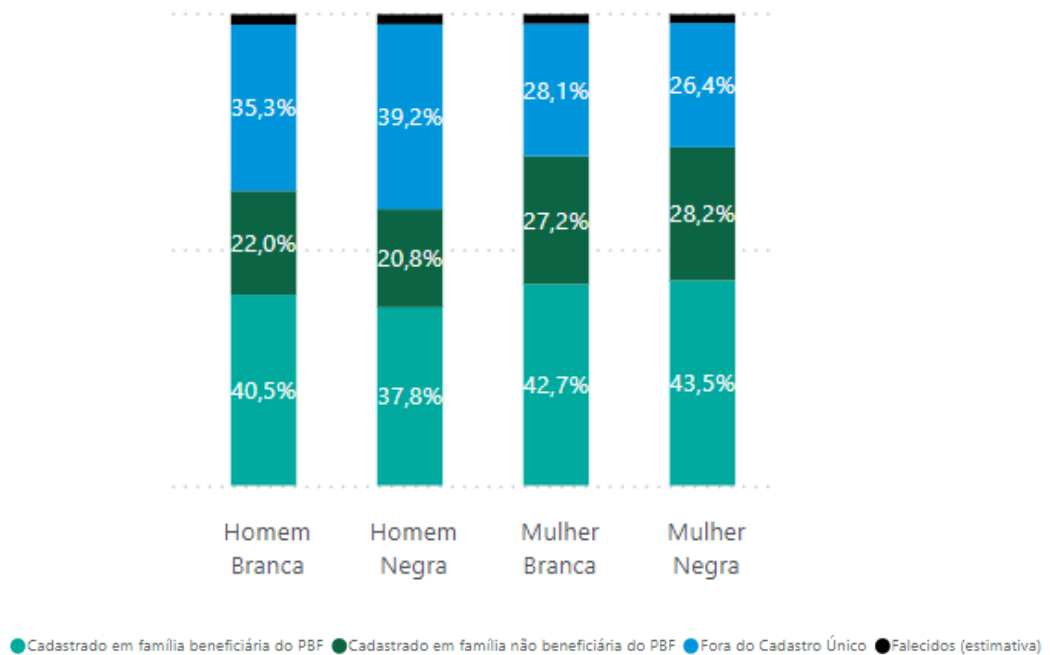
Nas Figuras 8 e 9 percebe-se que as mulheres, especialmente as mulheres negras, parecem enfrentar uma maior vulnerabilidade econômica em comparação com os homens e as mulheres brancas.

Figura 8: Sexo



Fonte: IMDS, 2024.

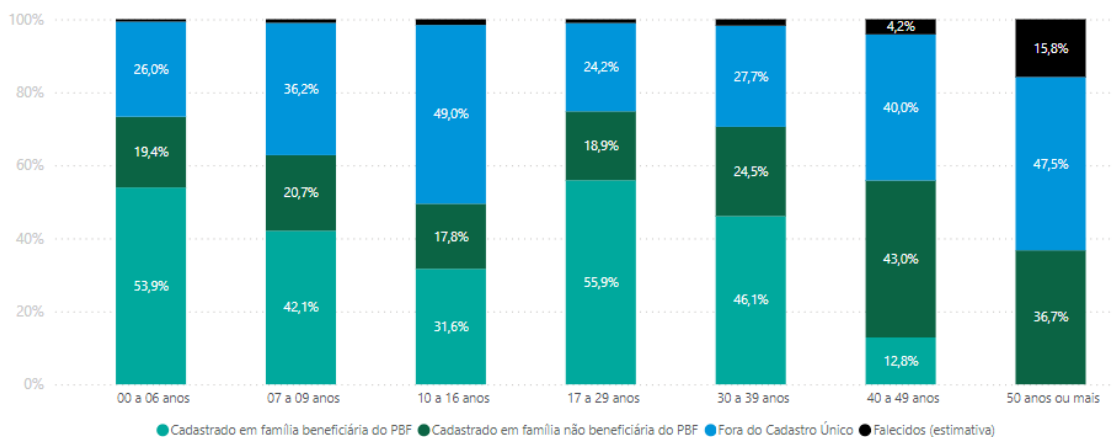
Figura 9: Cor ou raça e sexo



Fonte: IMDS, 2024.

Já a Figura 10 fornece dados sobre a faixa etária, a maior concentração de pessoas cadastradas em famílias beneficiárias do PBF está na faixa etária entre 17 e 29 anos. Isso indica que os jovens adultos são os principais beneficiários do programa, provavelmente devido à sua situação de renda e necessidades familiares. Percebe-se a ausência de pessoas com 50 anos ou mais nesse grupo. Isso demonstra que as famílias com membros mais velhos podem estar menos propensas a se cadastrar no programa por motivos como aposentadoria ou outras fontes de renda.

Figura 10: Faixa Etária

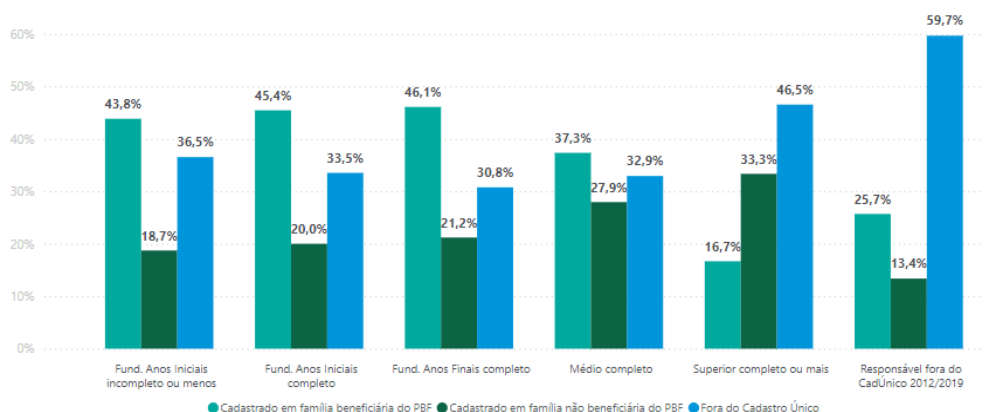


Fonte: IMDS, 2024.

Dos cadastrados em famílias não beneficiárias, a maior porcentagem está na faixa etária de 40 a 49 anos, representando 43 % do total. Isso sugere que as famílias não beneficiárias tendem a ser compostas principalmente por adultos de meia-idade. Por outro lado, a menor porcentagem está na faixa etária de 10 a 16 anos, indicando que há menos crianças e adolescentes nesses grupos familiares. Aqueles fora do Cadastro Único, a maior porcentagem está na faixa etária de 10 a 16 anos, representando 49 % do total. Isso pode indicar uma sub-representação de famílias com adolescentes no programa e a menor porcentagem está na faixa etária de 17 a 29 anos, sugerindo que os jovens adultos estão menos presentes entre aqueles que não estão cadastrados.

A Figura a seguir representa o nível de escolaridade dos beneficiários dependentes depois de 14 anos, a partir da escolaridade dos titulares dos domicílios que residiam em 2005. É visível que dos cadastrados em família beneficiária do PBF a maior parte tem o fundamental anos finais completo, uma parcela ainda menor possui superior completo, isto significa que, a maior parte possui baixa escolaridade, completando apenas o ensino fundamental. Já os cadastrados em família não beneficiárias a maior parte possui o superior completo ou mais, sugerindo que a educação superior está nessa categoria. No mais, os responsáveis fora do cadastro único uma parte significativa, quase metade, possuem o ensino superior completo ou mais, destacando a importância do nível superior mesmo entre aqueles que não se encontram formalmente cadastrados em programas sociais como o PBF.

Figura 11: Nível de escolaridade dos responsáveis

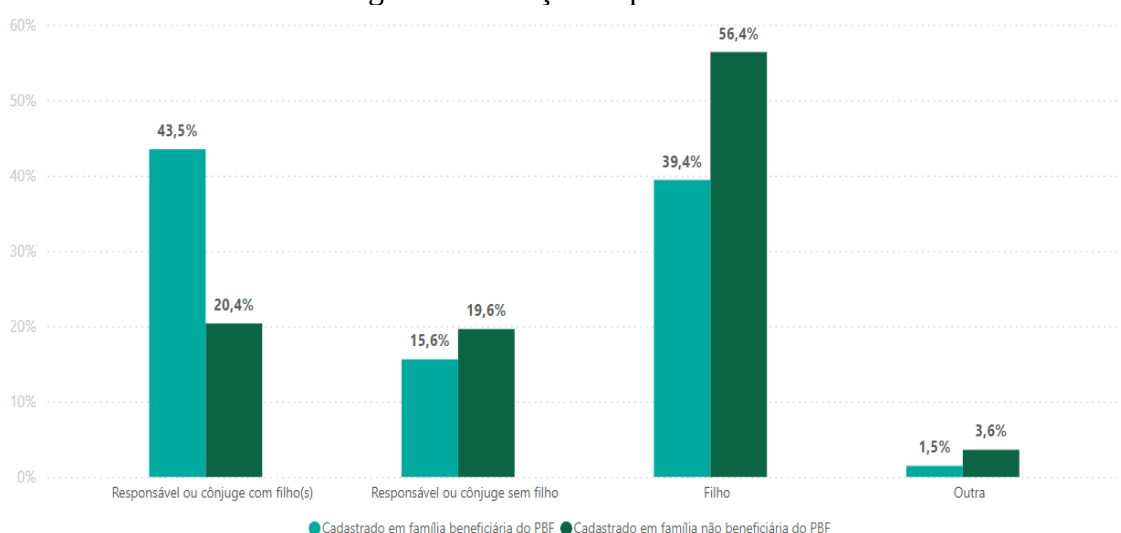


Fonte: IMDS, 2024.

Ainda foi analisada a distribuição dos indivíduos que permaneceram no CadÚnico por posição na família segundo a situação de permanência no PBF, como apresentado na Figura 12.

Observa-se que a quantidade de cadastros em famílias beneficiárias do PBF é maior para o responsável ou cônjuge com filhos do que para os cadastros em famílias não beneficiárias do PBF. Além disso, os valores para responsáveis ou cônjuges sem filhos são ainda menores, sugerindo que os responsáveis com filhos possuem mais cadastros no programa. Também é evidente que a categoria "filho" apresenta um valor maior de cadastros em famílias não beneficiárias do PBF em comparação com as famílias beneficiárias do programa. Com isto, pode-se observar a influência da participação no PBF na estruturação dos cadastros no CadÚnico, e destacam que a composição familiar exerce papel importante nessa distribuição.

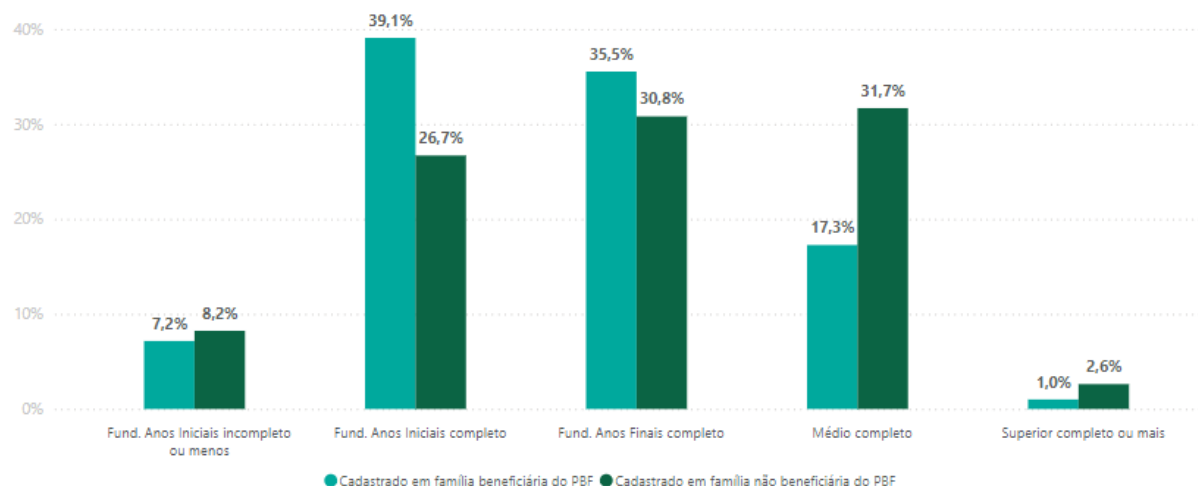
Figura 12: Distribuição dos indivíduos que permaneceram no CadÚnico por posição na família segundo a situação de permanência no PBF



Fonte: IMDS, 2024.

Também foi avaliado quão diferentes são os beneficiários dependentes de 2005 que permaneceram ou não no PBF em 2019, em relação à escolaridade alcançada, com isto foi obtido na Figura 13. No qual, nota-se que no fundamental anos iniciais e finais completo tem-se maior valor em cadastro em família beneficiária do PBF, isso pode estar associado ao incentivo à educação que o PBF fornece. No ensino fundamental anos iniciais incompleto ou mais, médio completo e superior completo ou mais o valor foi maior em cadastrado em família não beneficiária do PBF do que em família que recebe este auxílio. Isso pode indicar que, à medida que os indivíduos avançam nos níveis de educação, eles são menos dependentes da assistência do programa. Essas análises mostram a importância do PBF como um instrumento de incentivo à educação básica, enquanto também sugerem menor dependência do programa à medida que os níveis de escolaridade se elevam.

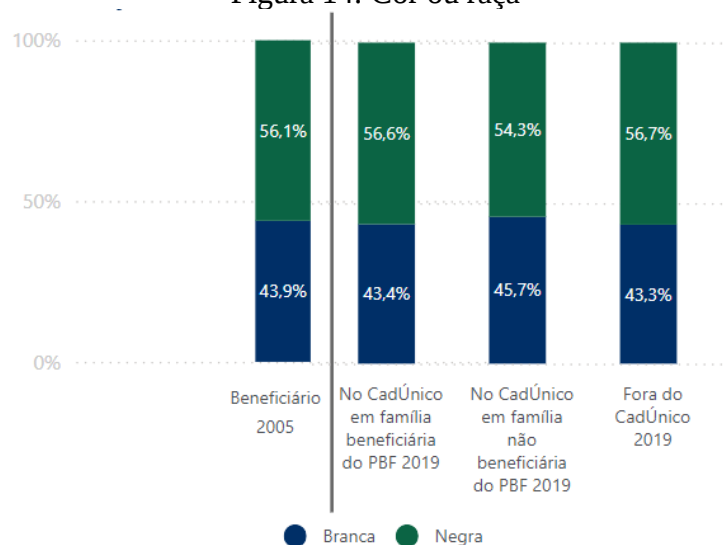
Figura 13: Distribuição dos indivíduos que permaneceram no CadÚnico por nível de escolaridade alcançado segundo a situação de permanência no PBF



Fonte: IMDS, 2024.

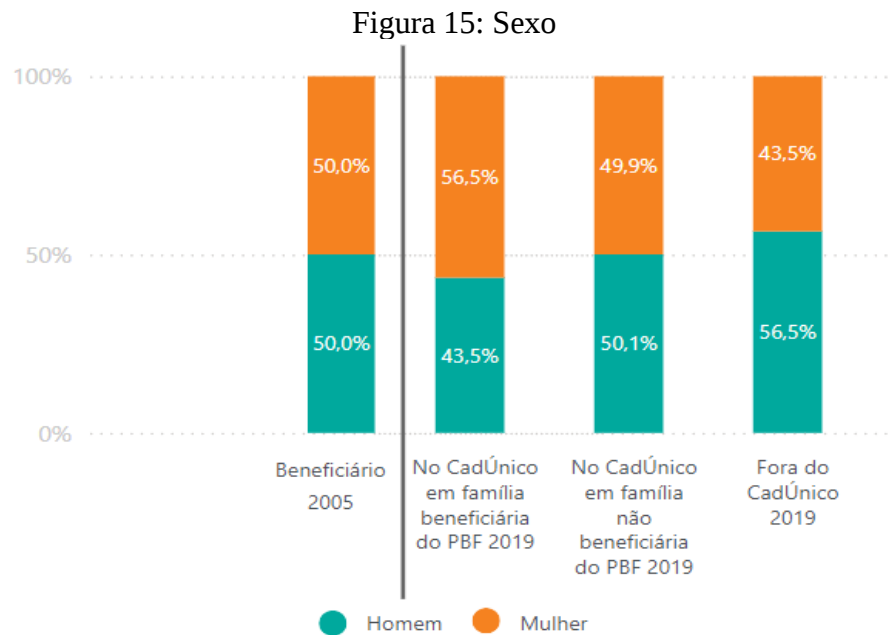
Tomando como base a cor ou raça (Figura 14), a maioria dos beneficiários em 2005 era composta por pessoas negras, sugerindo uma concentração desses benefícios em comunidades de baixa renda, onde as populações negras são mais prevalentes. Já em 2019, observa-se que as pessoas negras ainda constituem uma proporção significativa, havendo um aumento na representação de pessoas brancas entre os beneficiários cadastrados no programa. Entretanto, entre as famílias cadastradas que não recebiam benefícios do programa e entre os indivíduos fora do Cadastro Único, a distribuição racial é parecida à dos beneficiários do PBF em 2019, com uma maioria de pessoas negras. Sendo assim, apesar da diversificação, as disparidades socioeconômicas existem, afetando desproporcionalmente as populações negras.

Figura 14: Cor ou raça



Fonte: IMDS, 2024.

Na Figura 15, apresentada a seguir, houve uma equidade entre os beneficiários de 2005, tanto para homens quanto para mulheres. Em contrapartida, em 2019, no contexto do Cadastro Único para Programas Sociais, que inclui famílias beneficiárias do PBF, observamos algumas disparidades. As mulheres estavam ligeiramente em maior número entre os beneficiários do PBF em famílias cadastradas, e os homens predominavam nas famílias cadastradas que não eram beneficiárias e entre os indivíduos que não estavam no Cadastro Único.



Fonte: IMDS, 2024.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Lunetta e Guerra (2023), a pesquisa representa um mergulho intelectual em busca de descobertas, com o intuito de promover avanços tanto no campo tecnológico quanto acadêmico, com um enfoque voltado para a ampliação do conhecimento. No entanto, a Metodologia de Pesquisa Científica vai além da concepção de um manual convencional; ela se configura como um guia que auxilia na reflexão sobre a jornada dos cientistas no mundo do conhecimento. E é por essa razão que não há uma única abordagem universal; assim diversos procedimentos metodológicos são empregados em pesquisas científicas.

Para realizar essa classificação, é necessário estabelecer critérios. Se considerarmos os seus propósitos mais gerais, podemos identificar três categorias: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. Por outro lado, se levarmos em conta o ambiente de pesquisa, a abordagem teórica e as técnicas de coleta de dados, podemos classificar a pesquisa em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, ensaio clínico, estudo caso-controle, estudo de coorte, levantamento, estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisa fenomenológica, teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*), pesquisa-ação, pesquisas mistas, pesquisa participante e pesquisa narrativa (Gil, 2017).

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo, visando torná-lo mais explícito ou desenvolver hipóteses iniciais. Seu planejamento é caracterizado por considerável flexibilidade, uma vez que busca abranger ampla gama de aspectos relacionados ao fato ou fenômeno investigado. Em grande parte das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos em sua fase inicial, adota-se a abordagem exploratória, pois, nesse estágio, é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que será objeto de investigação (Gil, 2017). Vale ressaltar que os problemas de pesquisa exploratória geralmente não envolvem a análise de relações entre variáveis; o pesquisador se limita a observar e estudar a frequência de uma variável específica (Heerdt e Leonel, 2007).

As pesquisas descritivas buscam descrever características de populações ou fenômenos e identificar possíveis relações entre variáveis. Elas podem incluir estudos sobre grupos (sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc.), atendimento dos órgãos públicos, opiniões da população e associações entre variáveis. Algumas delas procuram também determinar a natureza das relações, aproximando-se das

pesquisas explicativas, enquanto outras proporcionam uma nova visão do problema, assemelhando-se às pesquisas exploratórias (Gil, 2017).

A pesquisa explicativa tem como objetivo identificar os fatores que influenciam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos, visando compreender o motivo por trás deles, o porquê das coisas. Esses estudos são considerados os mais complexos e delicados, pois apresentam maior risco de erro. É importante ressaltar que o conhecimento científico frequentemente se baseia nos resultados dessas pesquisas, embora as pesquisas exploratórias e descritivas também desempenhem um papel significativo, muitas vezes servindo como etapas preliminares necessárias para a obtenção de explicações científicas (Gil, 2017).

A pesquisa bibliográfica é um processo que envolve a minuciosa busca e revisão de obras já publicadas que orientará o trabalho científico. Realizar essa tarefa requer dedicação, estudo meticuloso e análise perspicaz por parte do pesquisador. Seu principal propósito é analisar textos previamente publicados, fornecendo uma base sólida e confiável para a condução do trabalho em questão (Lunetta e Guerra, 2023). Essas pesquisas são desenvolvidas com base em material já elaborado, como livros de leitura corrente (obras literárias, obras de divulgação), livros de referência (dicionários, enciclopédias, anuários), artigos científicos de jornais e revistas, impressos diversos (Gil, 2002).

A pesquisa documental é parecida com a pesquisa bibliográfica, embora se distinga pelas fontes empregadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica usa contribuições de vários autores em relação a um determinado tópico, a pesquisa documental utiliza materiais ainda não analisados ou que podem ser adaptados conforme os objetivos da pesquisa. O processo de condução da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, porém é crucial notar que as fontes são mais variadas e dispersas (Lunetta e Guerra, 2023).

A pesquisa experimental se destaca por sua característica de manipular as variáveis relacionadas ao objeto de estudo, com o objetivo de compreender como e por que um fenômeno é gerado. Nesse contexto, o pesquisador deixa de ser um espectador passivo e assume o papel de agente ativo, uma vez que suas investigações e testes exercem um impacto direto sobre o estudo. As pesquisas experimentais representam um método de grande importância para os cientistas de todas as áreas de estudo testarem hipóteses que estabelecem relações de causa e efeito entre as variáveis que estão analisando (Lunetta e Guerra, 2023).

Os ensaios clínicos são estudos de pesquisa nos quais um tratamento, chamado intervenção, é aplicado para observar seus efeitos em um resultado específico. Eles têm como objetivo principal responder a perguntas sobre a eficácia de novos medicamentos ou tratamentos. Esses estudos são de natureza experimental ou quase experimental e envolvem a participação voluntária de pessoas. Os ensaios clínicos são amplamente reconhecidos como o método mais poderoso para avaliar a eficácia de um tratamento, seja ele baseado em medicamentos, cirurgia ou outra intervenção. Quando conduzidos rigorosamente, eles oferecem resultados mais confiáveis em comparação com outros tipos de pesquisa. Além de avaliar tratamentos e medicamentos, os ensaios clínicos também podem ser usados para avaliar práticas de cuidados com a saúde (Gil, 2017).

Os estudos de caso-controle são realizados *ex-post-facto*, ou seja, após a ocorrência dos eventos. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador não tem controle sobre a variável independente, que é o fator supostamente relacionado ao fenômeno, pois esse fator já ocorreu. O objetivo do pesquisador é identificar situações que ocorreram naturalmente e tratá-las como se estivessem sujeitas a controles. Uma das principais vantagens desse tipo de pesquisa é sua rapidez e custo relativamente baixo, além de ser útil para gerar novas hipóteses de pesquisa (Gil, 2017).

O estudo de coorte envolve um grupo de pessoas que compartilham características comuns e são acompanhadas ao longo de um período para observar e analisar o que acontece com eles. Essa abordagem é amplamente utilizada em pesquisas na área da saúde. Os estudos de coorte podem ser de dois tipos: prospectivos, planejados no presente para um acompanhamento futuro, e retrospectivos, baseados em registros do passado até o presente. Eles são aplicados para investigar relações entre exposições e resultados. Apesar de terem reconhecimento na comunidade científica, os estudos de coorte apresentam limitações, como a falta de distribuição aleatória na seleção dos participantes para os grupos e a exigência de amostras muito grandes, o que pode tornar a pesquisa dispendiosa (Gil, 2017).

A pesquisa de levantamento é uma abordagem usada para adquirir dados e informações acerca das características ou opiniões de um grupo de indivíduos que representam uma população mais ampla. O foco deste tipo de pesquisa está em obter respostas diretas das pessoas que desejam compreender o comportamento. Basicamente, consiste em solicitar informações a um grupo significativo de participantes em relação ao problema em estudo e, em seguida, realizar uma análise quantitativa com o intuito de chegar a conclusões embasadas nos dados coletados. As conclusões obtidas são extrapoladas para refletir a totalidade da população,

considerando uma margem de erro calculada por métodos estatísticos (Lunetta e Guerra, 2023). Possui a vantagem de fornecer dados diretos da realidade, obtidos por meio de questionários, geralmente de forma rápida e com custos relativamente baixos. No entanto, eles também têm limitações, já que os dados coletados são principalmente baseados na percepção das pessoas, o que pode levar a distorções. Por esta razão, são mais adequados para estudos descritivos e úteis para investigar opiniões e atitudes (Gil, 2017).

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que investiga um fenômeno real e suas variáveis, sendo amplamente utilizada nas áreas de ciências humanas e saúde. Os resultados obtidos geralmente são complementados com teorias e dados de outros métodos de pesquisa, fortalecendo o trabalho acadêmico e podem ser apresentados em artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A elaboração de um estudo de caso depende do objeto de estudo, requerendo uma base teórica sólida e o uso de diversos métodos de coleta de dados, como entrevistas e observações. Com as informações coletadas, são realizadas análises que levam a conclusões e soluções para o problema em estudo (Lunetta e Guerra, 2023).

A pesquisa etnográfica foi tradicionalmente utilizada para descrever elementos de uma cultura específica, como comportamentos, crenças e valores, através de informações coletadas mediante trabalho de campo e para descrever uma sociedade sem escrita. Atualmente, também é utilizada no estudo de organizações e sociedades complexas. Possui o objetivo de estudar as pessoas em seu próprio ambiente com o uso de procedimentos como entrevistas e observação participante. Para isto, os pesquisadores tendem a permanecer em campo por longos períodos, como anos. No entanto, também pode ser usada para estudo de comunidade, como empresas, escolas, hospitais, clubes e parques. E além de entrevistas pode-se analisar documentos, fotografias e filmagem para compreender melhor o que se estuda (Gil, 2017).

A pesquisa fenomenológica busca interpretar o mundo a partir da perspectiva da consciência do sujeito, focando no próprio fenômeno como ele se manifesta na consciência, sem imposição de regras de observação. Isso difere dos métodos positivistas, como experimentos e levantamentos, e é mais uma abordagem para compreender o mundo do que uma teoria explicativa. Muitos pesquisadores têm dificuldade em aceitar essa abordagem, pois ela requer uma mudança radical na concepção da realidade e não oferece um caminho sistemático de aprendizado, além da leitura das obras de diversos autores fenomenológicos (Gil, 2017).

Conforme destacado por Lunetta e Guerra (2023), complementando as pesquisas bibliográficas e documentais, existe a pesquisa de campo, que envolve a coleta direta de dados junto a pessoas ou grupos. Essa abordagem é bastante utilizada por permitir uma observação e análise mais precisa de eventos e fenômenos da realidade.

A teoria fundamentada nos dados (Grounded Theory), originada em 1960 por Barney Glaser e Anselm Strauss, busca oferecer uma alternativa à criação dedutiva de teorias sociais. Eles propuseram um método de pesquisa que constrói teorias indutivas com base na análise sistemática de dados para facilitar a explicação da realidade social. Os pesquisadores coletam um volume de dados sobre um fenômeno, os comparam, codificam e identificam padrões para criar teorias baseadas nesse processo. Fazem isso para compreender uma situação, explicando por que os participantes agem de certa forma e por que a situação se desenvolve daquele modo. Além disso, as teorias resultantes não representam uma realidade objetiva, externa aos sujeitos, mas são reconstruções da experiência, específicas para grupos ou situações particulares, não podendo ser generalizadas, ou seja, são interpretações da realidade feitas pelos participantes da pesquisa, não verdades absolutas (Gil, 2017).

A pesquisa-ação é uma metodologia que se destaca na intervenção, desenvolvimento e mudança no âmbito de grupos, organizações e comunidades. Essa abordagem envolve a colaboração de pesquisadores e participantes para resolver problemas coletivos em situações específicas. Possui característica situacional, focando na identificação e solução de problemas específicos em contextos particulares, não visa obter enunciados científicos generalizáveis. No entanto, resultados semelhantes em diferentes estudos podem contribuir para algum tipo de generalização (Gil, 2017).

As pesquisas mistas que combinam elementos quantitativos e qualitativos, começaram a ser discutidas a partir dos anos 1990 e podem ser aplicadas em diversas situações para ampliar a compreensão e validar resultados (Gil, 2017). Nesta técnica o pesquisador fundamenta suas conclusões com base em elementos pragmáticos, como foco nas consequências, resolução de problemas e abordagem pluralista. E são empregadas estratégias de pesquisa que envolvem a coleta de dados de maneira simultânea ou sequencial, visando compreensão mais abrangente dos problemas de pesquisa. A coleta de dados abrange informações numéricas, obtidas por meio de instrumentos, e informações textuais, obtidas por meio de entrevistas, resultando em um banco de dados final que incorpora tanto dados quantitativos quanto qualitativos (Creswell e Creswell, 2021).

A pesquisa participante é uma abordagem que visa ajudar a população envolvida a identificar seus próprios problemas, analisá-los criticamente e buscar soluções adequadas. Os problemas a serem estudados são selecionados pela própria população, em colaboração com especialistas apropriados (Gil, 2017).

A pesquisa narrativa constitui provavelmente a mais antiga modalidade de pesquisa qualitativa, que pode ser usada para descrever histórias detalhadas ou experiências de vida de um único ou grupo de indivíduos, para isto devem ser escolhidos participantes que tenham histórias ou experiências de vida que possam ser contadas (Gil, 2017).

Além das apresentadas, Lunetta e Guerra (2023) apresentam também a pesquisa de campo, que complementa as pesquisas bibliográficas e documentais. Esta pesquisa envolve a coleta direta de dados junto a pessoas ou grupos. Essa abordagem é bastante utilizada por permitir uma observação e análise mais precisa de eventos e fenômenos da realidade.

De acordo com toda a metodologias apresentadas, percebe-se que a presente pesquisa pode ser classificada em diversas abordagens:

- Pesquisa exploratória: Essa fase inicial da pesquisa visa obter uma compreensão mais profunda do problema em estudo, buscando torná-lo mais claro e explícito. Isso permitirá o desenvolvimento de hipóteses preliminares sobre o tema investigado. A coleta de dados será feita por meio de questionário que explorem as percepções e experiências dos participantes.
- Pesquisa descritiva: O objetivo desta etapa é descrever as características das populações ou fenômenos em estudo, bem como identificar possíveis relações entre variáveis. A aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas é uma forma de coletar dados sobre características demográficas e socioeconômicas dos beneficiários, como sexo, nível de escolaridade, idade e estado de saúde.
- Pesquisa explicativa: Após a realização das pesquisas exploratória e descritiva, a pesquisa explicativa será realizada para identificar os fatores que influenciam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos investigados. O foco é compreender os motivos dos fenômenos estudados. Logo, a forma de coleta de dados é a análise de dados quantitativos e qualitativos.

- Pesquisa bibliográfica: Esta abordagem envolve a busca e revisão de obras já publicadas por diversos autores, como livros, artigos científicos, jornais e revistas. Isso proporcionará uma base sólida e confiável para a condução deste estudo, abrangendo temas como desigualdade social, políticas públicas e o Bolsa Família.
- Pesquisa documental: Esta fase de pesquisa se justifica pela necessidade de utilizar materiais previamente não examinados, incluindo documentos já existentes, como aqueles provenientes de órgãos governamentais. A coleta de dados será feita por meio da análise de documentos oficiais e da revisão de políticas públicas.
- Pesquisa levantamento: Este tipo de pesquisa envolve a aquisição de dados e informações sobre as características ou opiniões de um grupo de indivíduos que recebem o Bolsa Família. Os resultados obtidos com esse grupo são extrapolados para representar a totalidade da população. Um questionário aplicado aos beneficiários foi elaborado para obter informações sobre suas características e opiniões.
- Pesquisa de campo: Essa abordagem implica a coleta de dados junto a pessoas e grupos que são beneficiários do PBF, proporcionando uma perspectiva mais direta e interativa na pesquisa. A coleta de dados será feita por visitas a domicílio e de forma online, aplicando o questionário, realizando entrevistas e observações diretamente nas residências dos beneficiários para obter uma perspectiva mais direta e interativa.

O uso de todas essas pesquisas será de grande importância para obter uma compreensão abrangente e profunda do tema em questão.

Dito isso, foi realizado um questionário composto por 21 questões. A elaboração do questionário foi conduzida através da plataforma Google Forms e distribuída via link pelo WhatsApp. Além disso, foram criados *designs* no Canva para postagem no Instagram (Apêndice III). O questionário, conforme detalhado nos Apêndices I e II, foi estruturado de maneira lógica e sequencial, abrangendo diversas áreas de interesse. As questões foram distribuídas da seguinte forma:

- Da primeira à sexta questão: coleta de dados demográficos;
- Da sétima à décima questão: impacto econômico;
- Da décima primeira à décima quinta questão: impacto do PBF na educação;

- Décima sexta e décima sétima questões: impacto do PBF na saúde;
- Da décima oitava à vigésima questão: percepção geral do programa.

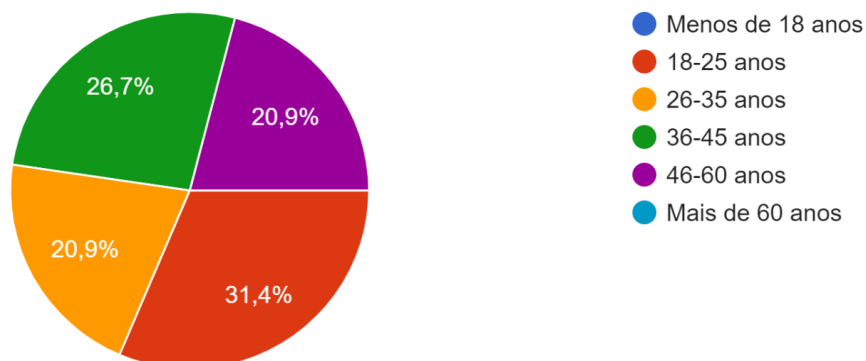
Por fim, a vigésima primeira questão oferece um espaço para comentários adicionais. Esta última questão é opcional e permite que os participantes compartilhem quaisquer observações ou experiências que não tenham sido abordadas pelas perguntas anteriores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa sobre a desigualdade social e as políticas públicas em Apodi – RN, com foco específico no PBF. Inicialmente, os dados coletados foram organizados e analisados para fornecer uma visão clara da situação atual dos beneficiários e a efetividade do programa em diminuir as desigualdades. A seguir, serão discutidos os resultados encontrados, com base nas informações obtidas por meio de aplicação de um questionário e análises estatísticas.

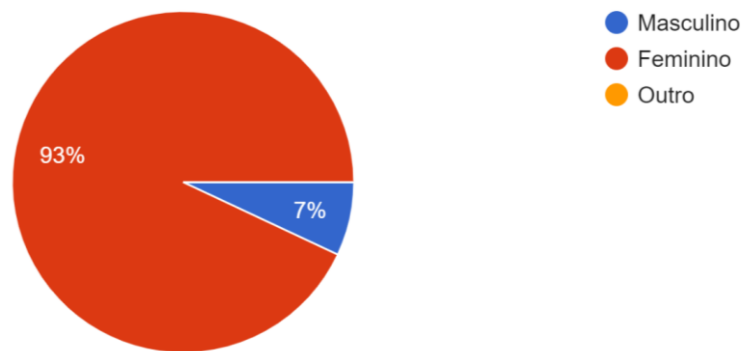
Dos 86 beneficiários entrevistados, 82 escolheram se identificar, enquanto os restantes permaneceram anônimos. A distribuição etária dos beneficiários, conforme apresentado na Figura 16, revela um perfil predominante de indivíduos na faixa etária de 30 a 44 anos. Esta distribuição é confirmada pela Figura 2, que ilustra visualmente a concentração de beneficiários nessa faixa etária.

Figura 16: Distribuição Etária dos Beneficiários em Apodi - RN



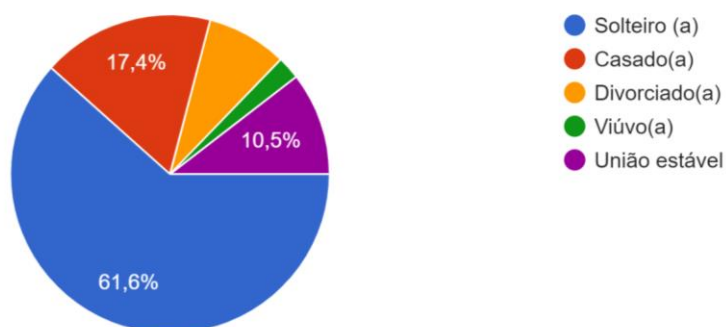
Adicionalmente, a Figura 17 mostra que a maior parte dos entrevistados é composta por mulheres. Este dado é consistente com o censo mais recente realizado em 2022, que também mostra uma predominância feminina entre os beneficiários do PBF. A análise dessas informações é importante para compreender como o PBF atende a diferentes grupos etários e de gênero.

Figura 17: Distribuição por Gênero dos Beneficiários em Apodi - RN



A análise do estado civil dos entrevistados, mostrada na Figura 18, indica que a maioria é solteira. Pessoas solteiras geralmente possuem menos suporte familiar, o que pode aumentar sua dependência do PBF. Em seguida, estão os casados e aqueles em união estável. Embora esses beneficiários possam ter uma estrutura familiar mais sólida, ainda assim podem necessitar do apoio do programa para atender a necessidades financeiras ou sociais específicas. Depois, os divorciados, que podem enfrentar problemas financeiros resultantes da separação e da busca por uma nova estabilização em suas vidas. Por fim, encontram-se os viúvos, que podem enfrentar desafios adicionais devido à perda do cônjuge, o que pode impactar significativamente suas necessidades financeiras.

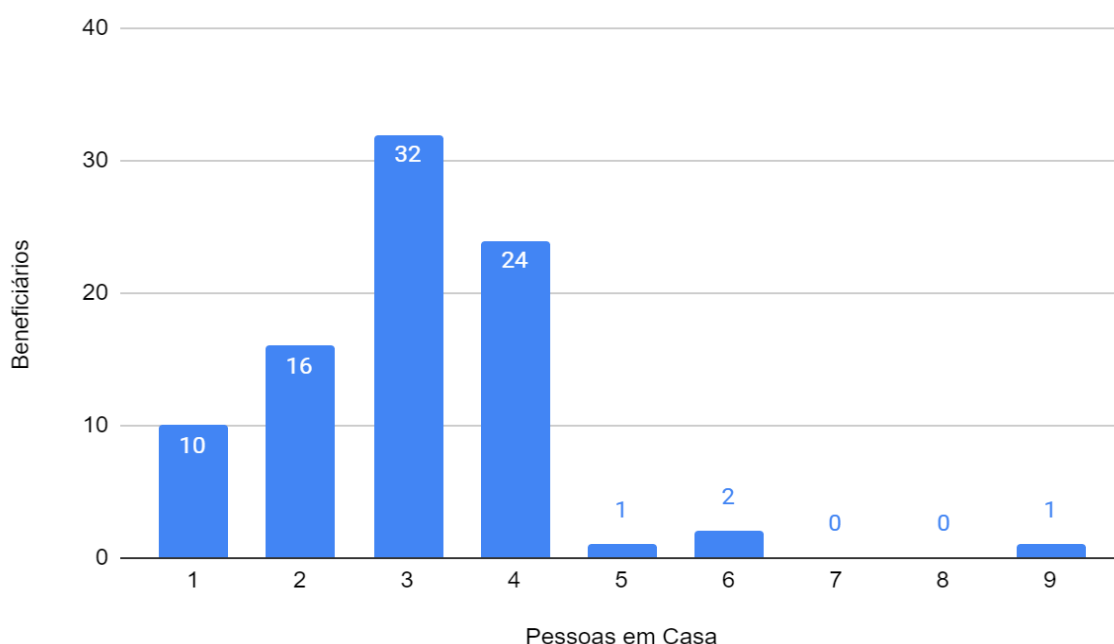
Figura 18: Distribuição do Estado Civil dos Beneficiários em Apodi - RN



Os dados da Figura a seguir mostram que a maior parte dos beneficiários do Bolsa Família vive em lares pequenos, de 3 e 4 pessoas. Poucos beneficiários moram em lares maiores, com mais de 5 até 9 pessoas. Isso indica que o programa atinge em maior número indivíduos e

famílias pequenas, mas também alcança algumas famílias numerosas. Essa distribuição indica que as necessidades são distintas entre os beneficiários, o que pode influenciar a maneira como os recursos são alocados e as políticas públicas são desenvolvidas.

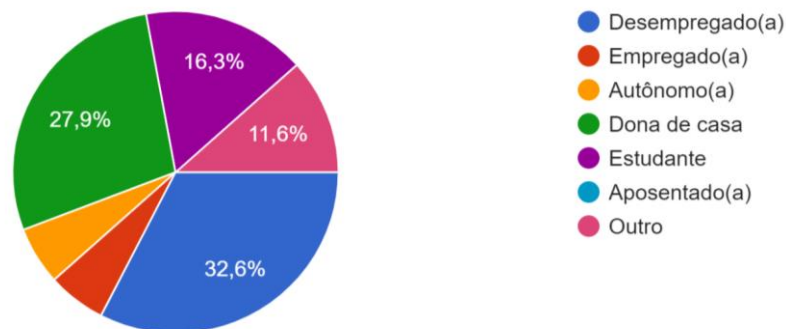
Figura 19: Número de Beneficiários e Pessoas por Residência em Apodi - RN



Chaves e Arcoverde (2021) destacam que as desigualdades na sociedade capitalista resultam em dificuldades como o desemprego, intensificadas por crises estruturais. O IBGE (2023) mostra que, em Apodi - RN, a maioria da população vive com uma renda muito baixa, refletindo a dificuldade de acesso a empregos formais e a precariedade das condições de vida. A situação de desemprego e a predominância de donas de casa entre os beneficiários do PBF (Figura 20) reforçam a ideia de que as desigualdades estruturais limitam as oportunidades de trabalho.

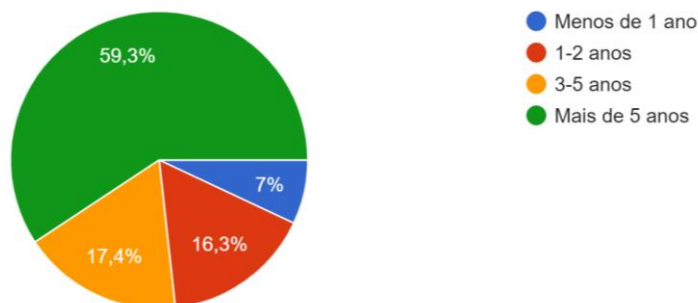
Embora o PBF desempenhe um papel crucial na redução da pobreza imediata e na promoção da inclusão social, ele por si só não é suficiente para resolver as crises estruturais que perpetuam essas desigualdades. Portanto, é necessário implementar políticas públicas mais abrangentes e integradas, que não apenas assegurem a transferência de renda, mas também promovam o desenvolvimento econômico, a criação de empregos de qualidade e o fortalecimento dos serviços públicos.

Figura 20: Principais Ocupações dos Beneficiários do PBF



Dentre os entrevistados, a maior parte recebe o PBF há mais de 5 anos (Figura 21). Isso sugere que essas pessoas enfrentam dificuldades contínuas para sair da situação de pobreza ou vulnerabilidade, o que as mantém dependentes do auxílio por um período prolongado. Além disso, reflete a necessidade de estratégias adicionais para ajudar essas famílias a alcançar uma estabilidade financeira mais duradoura.

Figura 21: Duração do Recebimento do Benefício pelos Beneficiários



Um dos questionamentos feitos foi se o PBF é a principal fonte de renda dos beneficiários (Figura 22). A resposta predominante foi afirmativa, o que não é surpreendente. Isso indica que, para muitas famílias, o programa representa uma parte fundamental de sua renda mensal, reforçando a dependência do benefício para cobrir necessidades básicas. Além disso, a pesquisa revelou que a maioria dos beneficiários acredita que o PBF tem um impacto econômico positivo e muito positivo (Figura 23). Esse resultado confirma que eles veem o programa como uma fonte crucial de apoio financeiro que melhora suas condições econômicas. Porém, isso também reforça a necessidade de políticas públicas complementares que promovam o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão social a longo prazo.

Figura 22: Bolsa Família como Principal Fonte de Renda para os Beneficiários

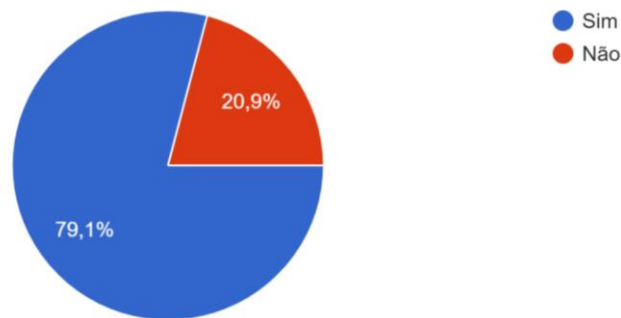
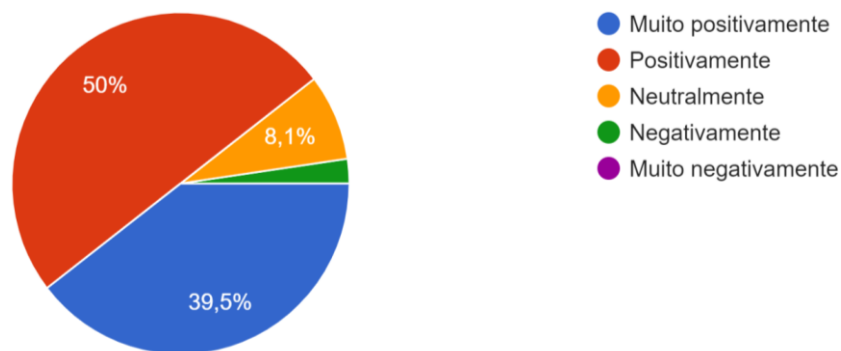
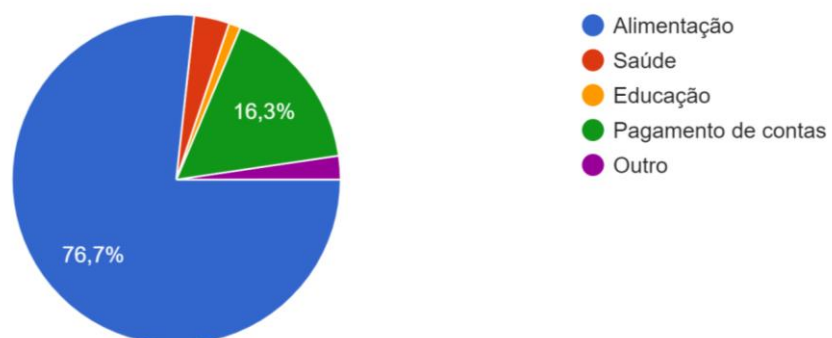


Figura 23: Impacto Econômico do Bolsa Família sobre os Beneficiários



A Figura 24 indica que a maior parte dos benefícios é direcionada para alimentação e pagamento de contas. Isso sugere que muitas pessoas em Apodi - RN utilizam esse benefício para necessidades básicas e serviços essenciais, o que pode refletir uma situação econômica onde uma parte significativa da população enfrenta dificuldades financeiras.

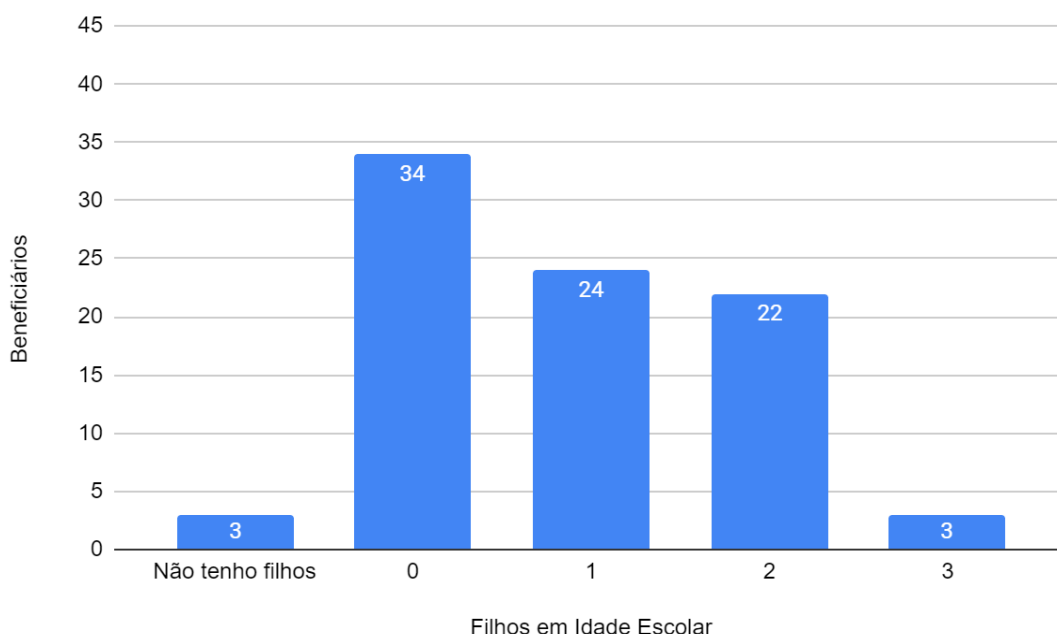
Figura 24: Áreas de Utilização do Bolsa Família pelos Beneficiários



Os questionamentos a seguir foram referentes ao Impacto do Bolsa Família na educação. Para os entrevistados que não têm filhos, a percepção do impacto do PBF na educação pode não ser tão relevante ou perceptível, o que pode influenciar a ausência de respostas para esses casos. Contudo, para aqueles com filhos, o programa pode ser visto como um suporte significativo para a educação de seus filhos, ajudando a diminuir a desistência escolar e a aliviar a carga financeira. Como também manter os filhos na escola, e evitar que eles necessitem trabalhar, em idade escolar. Além da manutenção dos mesmos na escola.

Na Figura 25, é apresentada a quantidade de filhos em idade escolar dos beneficiários entrevistados. Observa-se que 34 entrevistados não têm filhos nessa faixa etária, enquanto 24 possuem apenas um filho, 22 têm dois filhos e 3 têm três filhos. Essa diversidade no número de filhos entre os entrevistados destaca a necessidade de considerar diferentes contextos familiares ao avaliar a eficácia do PBF na educação. O impacto do programa pode ser mais acentuado para famílias com mais filhos, que enfrentam maiores desafios financeiros, enquanto para famílias menores ou sem filhos, o efeito percebido pode ser menos significativo.

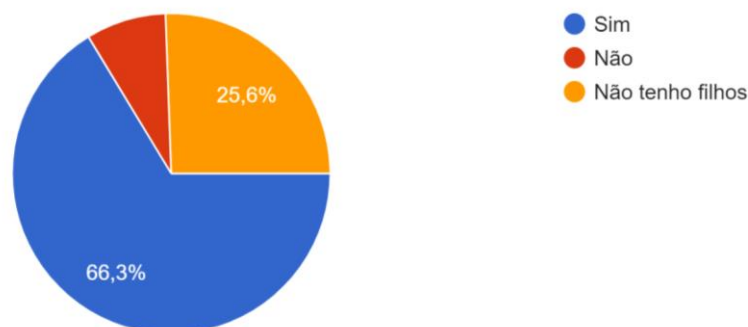
Figura 25: Quantidade de filhos em idade escolar



A grande maioria dos entrevistados acredita que o PBF contribui para a permanência dos filhos na escola (Figura 26). Isso sugere que o programa tem um impacto positivo no acesso à educação e na manutenção de crianças na escola. No entanto, uma pequena parcela dos

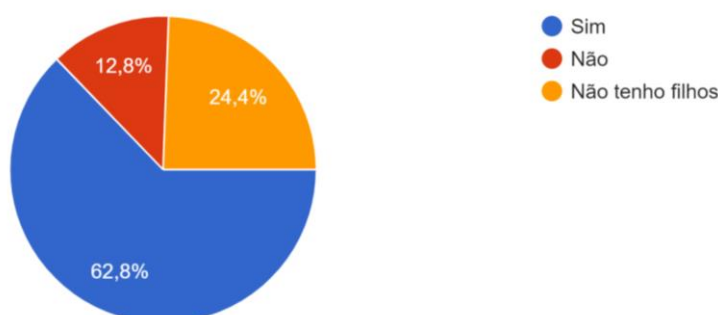
entrevistados não percebe esses benefícios, o que indica que há espaço para aprimorar a eficácia do programa.

Figura 26: Efeito do PBF na Permanência dos Filhos na Escola



A Figura 27, por sua vez, analisa o impacto do benefício no desempenho escolar dos filhos. Os dados mostram que a maioria dos entrevistados observou uma melhora no desempenho escolar de seus filhos em decorrência do programa. Porém, uma parte dos entrevistados não notou nenhuma melhora, e o restante não tem filhos para avaliar o impacto. Isso implica que, mesmo que a maioria dos beneficiários com filhos perceba um impacto positivo, o efeito pode variar e não ser uniforme para todas as famílias.

Figura 27: Impacto do Benefício na Melhora do Desempenho Escolar dos Filhos



A Figura 28 indica que a maioria dos entrevistados acredita que o PBF auxilia na compra de material escolar. Além disso, a Figura 29 revela que muitas famílias dependem do benefício para manter a continuidade dos estudos, evidenciando sua importância financeira crucial. Embora a taxa de escolaridade para crianças de 6 a 14 anos tenha sido alta em 2010 e os dados

de 2023 mostram uma estrutura educacional sólida em Apodi - RN (IBGE, 2023), com diversas matrículas e docentes, o apoio contínuo do PBF permanece essencial para muitas famílias, destacando seu papel fundamental no suporte educacional atual.

Figura 28: Impacto do Benefício na Aquisição de Material Escolar

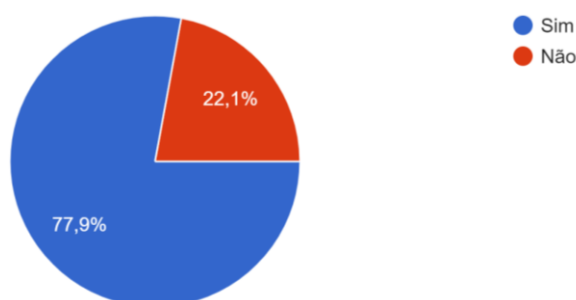
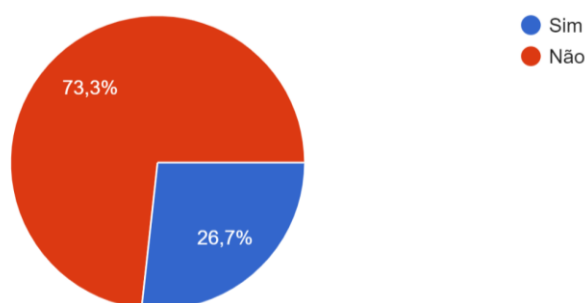


Figura 29: Manutenção dos Estudos dos Filhos e/ou do Beneficiário sem Recebimento do Auxílio



Nas Figuras 30 e 31 tem-se uma visão clara do impacto do PBF na saúde das famílias beneficiadas. Na Figura 30, que aborda se o programa auxilia na compra de medicamentos e tratamentos de saúde, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente, destacando a importância do benefício no acesso a cuidados médicos essenciais. A Figura 31, por sua vez, investiga se houve melhorias na saúde da família desde o recebimento do benefício, e a maioria também percebeu uma melhora. No entanto, 23,3 % dos entrevistados afirmaram não saber se houve mudanças, enquanto 8,1 % disseram não ter notado melhorias.

Esses dados positivos, no entanto, têm de ser contextualizados com informações adicionais sobre a saúde pública local. Em 2022, Apodi - RN registrou uma taxa de mortalidade infantil de 21,27 por 1.000 nascidos vivos e uma taxa de internações por diarreias de 5,5 por

100.000 habitantes. Quando comparado a outros municípios do estado e do Brasil, Apodi - RN ocupa posições preocupantes: 26ª e 50ª no estado, e 1039ª e 2232ª no país, para mortalidade infantil e internações por diarreias, respectivamente.

Esses indicadores apontam que, apesar de o PBF está desempenhando um papel importante na melhoria do acesso a medicamentos e cuidados básicos de saúde, há problemas estruturais na saúde pública local que ainda precisam ser abordados. A percepção positiva dos beneficiários do PBF em relação à melhoria da saúde, por exemplo, pode refletir avanços nos indivíduos fornecidos pelo programa. A saúde possui uma relação intrínseca com a alimentação; a falta de acesso a alimentos nutritivos, pode resultar em deficiências nutricionais que comprometem diretamente o bem-estar das pessoas. Todavia os desafios mais amplos indicam que esforços adicionais são necessários para superar as vulnerabilidades persistentes na saúde da população de Apodi - RN.

Figura 30: Contribuição do Bolsa Família para a Compra de Medicamentos e Tratamentos de Saúde

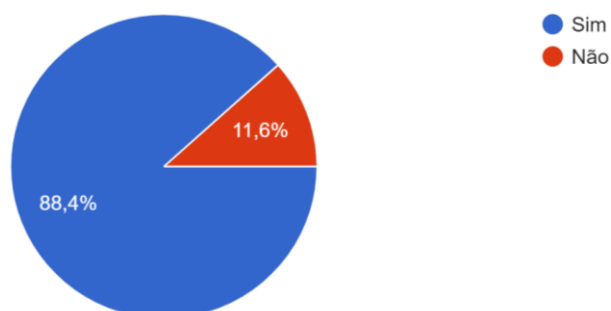
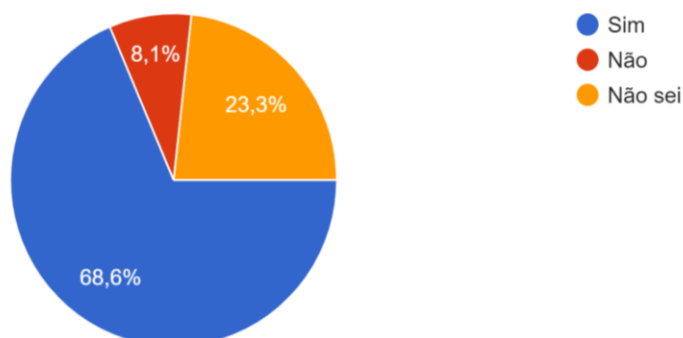


Figura 31: Impacto do Benefício nas Condições de Saúde Familiar



As questões finais do estudo abordaram a percepção geral dos entrevistados em relação ao PBF. A maioria avalia o programa de forma positiva, como demonstrado na Figura 32, que revela uma ampla aprovação entre os participantes. Na Figura 33, a grande maioria dos entrevistados reconhece o papel do Bolsa Família na redução da pobreza no Brasil, reforçando a importância desse programa como uma ferramenta crucial para melhorar as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas.

Figura 32: Avaliação do PBF

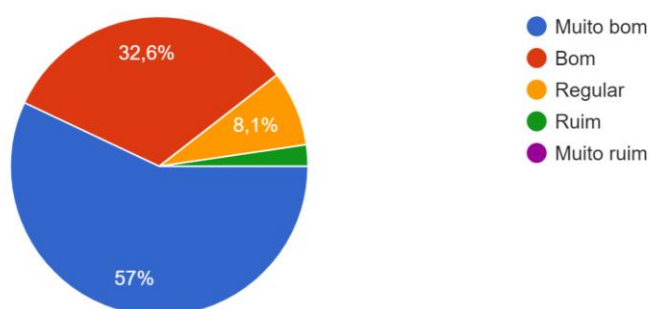
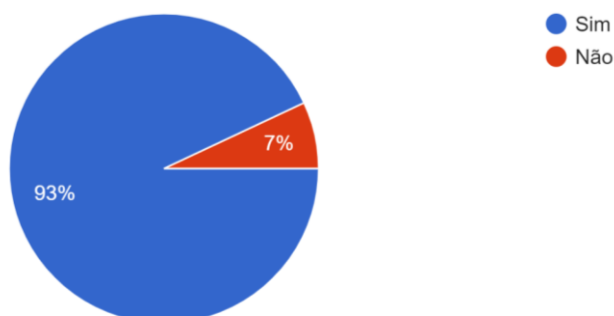
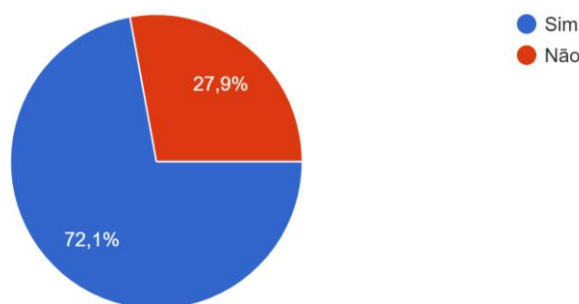


Figura 33: Papel do Bolsa Família na Diminuição da Pobreza no Brasil



Ao serem questionados "Você conhece alguém que melhorou significativamente de vida por causa do Bolsa Família?", a maioria dos entrevistados respondeu "sim". Esse dado reforça a percepção do impacto positivo do programa, evidenciando que os benefícios do PBF vão além do suporte financeiro imediato, contribuindo de forma concreta para a melhoria das condições de vida dos beneficiários.

Figura 34: Relatos de Melhoria de Vida Atribuídos ao Bolsa Família



Por fim, a última pergunta do questionário foi deixada em aberto: "Gostaria de compartilhar mais alguma experiência ou opinião sobre o Bolsa Família?". A seguir, analisou-se algumas das respostas, que possuem uma visão adicional acerca de experiências dos entrevistados em relação ao programa. Inicialmente serão analisados três comentários distintos, provenientes de respostas negativas à questão 19 (Apêndice I).

1. “Este benefício é bom, porém deixa muito a desejar. A fome no Brasil está cada dia maior” (Entrevistado A).
 - Por mais que o entrevistado reconheça que o programa tem aspectos positivos, como o reconhecimento do benefício, ele expressa uma insatisfação ao afirmar que o programa "deixa muito a desejar". Este sentimento de insuficiência é reforçado pela observação de que a fome no país está crescendo, indicando que, na visão do entrevistado, o PBF não está conseguindo atender adequadamente às crescentes necessidades da população. Realmente, o PBF, como muitos programas de assistência social, pode não resolver todos os problemas relacionados à pobreza, mas ajuda a amenizá-los. O aumento da fome pode estar relacionado a diversos fatores que vão além do alcance de um único programa.
2. “Sei que é uma ajuda muito boa 600 reais mais pra viver é muito pouco já tenho 48 anos não tenho onde trabalhar e tbm não aguento mais. Aí se manter com 600 é difícil, água, luz, feira. Mais vamos tentando a anos” (Entrevistado B).
 - Mais uma vez, o entrevistado reconhece o PBF e aprecia. No entanto, menciona a dificuldade em cobrir despesas básicas. Logo, o valor do benefício pode ser insuficiente para cobrir todas as despesas, principalmente para aqueles que

enfrentam dificuldades adicionais, como a falta de emprego e problemas de saúde.

3. “Teve um momento da minha vida que eu não recebia mais o auxílio do Bolsa Família, e por um momento, a única solução que eu tinha era trancar o curso porque eu não conseguia mais me manter em Mossoró até então eu tentei trancar, os meus familiares não deixaram aí eu comecei a receber ajuda da minha mãe, do meu pai, de todo mundo por conta que era muito difícil eu conseguir me manter sozinho então assim, foi muito delicado e um pesadelo, passei muita fome nesses meses por conta que não recebia mais, tinha noites que eu comia gelo pra enganar a fome, mas hoje estou melhor” (Entrevistado C).

- O entrevistado descreve uma fase crítica em que a suspensão do PBF levou a enfrentar grandes dificuldades, como a fome e a necessidade de obter ajuda da família. A falta do benefício quase o forçou a trancar o curso. Mesmo que tenha superado a situação, o relato evidencia o impacto severo da interrupção do benefício na vida dos beneficiários. Ademais, este comentário ressalta a importância de redes de suporte e a necessidade de políticas que garantam estabilidade e segurança para aqueles que dependem desses benefícios.

Os seguintes comentários destacam as percepções positivas sobre o PBF, destacando seu impacto benéfico na vida dos beneficiários:

1. “Em suma, o Bolsa Família desempenha um papel crucial na promoção da educação, ao oferecer suporte financeiro que permite que as crianças e jovens se concentrem nos estudos e alcancem melhores resultados acadêmicos, contribuindo para um futuro mais promissor, acredito como se fosse um suporte para muitos, inclusive para minha pessoa” (Entrevistado D).

- Este comentário mostra a importância do PBF no acesso à educação. O suporte financeiro proporcionado pelo programa é visto como essencial para que crianças e jovens possam se dedicar aos estudos, o que resulta em melhores resultados acadêmicos e oportunidades futuras. A experiência pessoal do entrevistado enfatiza a importância do benefício para o avanço educacional e para a estabilidade familiar.

2. “O bolsa família me ajuda muito a ter acessos básicos” (Entrevistado E).

- O beneficiário demonstra a valorização do PBF em seu papel fundamental em diminuir o peso das despesas diárias, promovendo um suporte financeiro que contribui significativamente para a gestão das despesas básicas.

3. “Eu acredito que é um amparo para a maioria das famílias” (Entrevistado F).

- Este comentário aponta a função do PBF como um suporte geral para muitas famílias. O programa é visto como um amparo significativo que contribui para a estabilidade financeira e social, ajudando a enfrentar desafios.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo sobre a desigualdade social e as políticas públicas em Apodi/RN, com foco no Programa Bolsa Família, demonstra a complexidade e a importância desse benefício na vida de seus beneficiários. A questão central do estudo reside na análise de como a dependência do PBF se relaciona com a segurança e a qualidade de vida das famílias, revelando que, embora traga avanços importantes, o programa isoladamente é insuficiente para promover uma inclusão social efetiva e uma redução substancial das desigualdades.

A metodologia empregada consiste na coleta de dados qualitativos e quantitativos, realizada por meio de entrevistas/questionários, tanto presenciais quanto online, com beneficiários do programa. Além disso, foram analisados dados secundários disponíveis sobre a região. A análise dos dados coletados aponta que, apesar de o PBF ser um recurso fundamental para diminuir a pobreza e promover a inclusão social, sua eficácia é limitada por fatores estruturais que perpetuam a desigualdade.

Vale ressaltar os desafios referentes à coleta dos dados, especialmente devido ao receio dos entrevistados. Um dos primeiros questionamentos foi: “Vou perder o benefício?”. A partir disso, nota-se a dependência da maioria dos entrevistados em relação ao programa, destacando a insegurança que sentem em relação à possibilidade de perda do auxílio, assim como a importância que este benefício desempenha em suas vidas. Essa situação dificultou a obtenção de mais entrevistas.

Os dados revelam que a maioria dos beneficiários é composta por mulheres, predominantemente na faixa etária de 30 a 44 anos, e que muitos residem em lares pequenos, refletindo uma realidade socioeconômica desafiadora. O PBF se estabelece como a principal fonte de renda para muitos, indicando a dependência das famílias desse auxílio para atender às suas necessidades básicas, como alimentação e saúde. Mesmo que tenha sido observado um impacto positivo em aspectos como a permanência escolar das crianças e o acesso a cuidados médicos, a situação econômica precária dos beneficiários destaca a necessidade de uma abordagem mais integrada e abrangente nas políticas públicas.

Os comentários deixados na última questão ressaltam a importância do PBF, mas também enfatizam suas limitações. A insatisfação com o valor do benefício e a insegurança causada pela dependência dele realçam a urgência de políticas que busquem não apenas a transferência de renda, como também o desenvolvimento econômico e a geração de emprego.

Portanto, este estudo não apenas mostra a situação atual dos beneficiários do PBF em Apodi, aponta também para a necessidade de ações mais adequadas e sustentáveis para a promoção da equidade social. A continuidade e o fortalecimento do PBF são primordiais, mas é igualmente crucial que se busquem soluções que abordem as causas profundas da desigualdade, certificando que mais famílias possam se beneficiar de um futuro mais estável e promissor.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

BENEVIDES, Héllen Jamilly; COSTA, Ademir Araújo. AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE APODI-RN. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 24, n. 2, p. 408-437, 2022.

BIELSCHOWSKY, R. O modelo de desenvolvimento proposto por Lula e Dilma. **Brasil em Debate**, 26 set. 2014. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-modelo-de-desenvolvimento-proposto-por-lula-e-dilma/#sthash.WtLZN74s.dpuf> . Acesso em: 03 set. 2023.

Brasil. Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html> . Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadoressociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRYM, Robert J. et al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006 – CAPÍTULO 1.

CAMPELLO, Tereza et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. 2017.

CASTEL, Robert et al. Desigualdade e a questão social. In: **Desigualdade e a questão social**. 2010.

CAVALCANTE, Pedro. **A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer**. Texto para Discussão, 2020.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Horizons 2030: equality at the center of sustainable development**. Santiago: Cepal, 2016.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 164-182, 2021.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima da; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade social na escola. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 32, p. 705-714, 2015.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 53-78, 2019.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Penso Editora, 2021.

DAHRENDORF, Ralf. O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. In: **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. 1992. p. 225.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A política de valorização do salário mínimo: persistir para melhorar**. São Paulo: DIEESE, 2014. (Nota Técnica, n. 136).

FUENTES-NIEVA, R.; GALASSO, N. **Working for the Few**: political capture and economic inequality. Oxfam Brasil, 2014.

G1 RN. **Pobreza atingiu 44,2% da população do RN em 2022, diz IBGE**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/12/06/pobreza-atingiu-442percent-da-populacao-do-rn-em-2022-diz-ibge.ghtmlhttps://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/12/06/pobreza-atingiu-442percent-da-populacao-do-rn-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. In: **Conferência do Desenvolvimento Nacional**. 2011.

Gomes, Irene. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021.** 2023. IBGE Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcançar-36-7-em-2021#:~:text=Destaques,7%20milh%C3%B5es%20na%20extrema%20pobreza>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

HEERDT, Mauri Luiz; LEONEL, Vilson. Metodologia científica e da pesquisa: livro didático. 5ª ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

IBGE. **Panorama Apodi.** 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE. **Panorama do Censo 2022.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 12 de Agosto de 2023.

IBGE. **Panorama por cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>. Acesso em: 12 de Agosto de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE TRABALHO; RENDIMENTO. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Rendimentos de todas as fontes 2022.** IBGE, 2022.

Instituto mobilidade e desenvolvimento social (IMDS). **Bolsa Família - Primeiras Gerações.** 2024. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/indicador/bolsa-familia-primeiras-geracoes/#saida-e-permanencia-no-cadunico>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

JULIÃO, Helena Vicentini; DIB, Aline Michelle; DE OLIVEIRA, Letícia Trevizolli. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho e as formas de enfrentamento alicerçadas na OIT. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 24482-24499, 2021.

Lage, Maria Carolina Prado. Cartilha do Programa Bolsa Família. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

LUNETTA, Avaetê; GUERRA, Rodrigues. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E ACADÊMICA. Revista OWL (OWL Journal)-REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.

MANZANO, Maria Clara Arruda. Política tributária e desigualdade de gênero" pink tax" e a manutenção do patriarcado. 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 83, p. 141-150, 2013.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS - Brasil). **Reconstrução e Dignidade ao Povo Brasileiro: Governo Federal Celebra os 20 Anos do Programa Bolsa Família**. Publicado em 23 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reconstrucao-e-dignidade-ao-povo-brasileiro-governo-federal-celebra-os-20-anos-do-programa-bolsa-familia#:~:text=Em%2020%20de%20outubro%20de,criava%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

Panorama social da América Latina 2017. Santiago: Cepal, 2018. 33 p.

SECCHI L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed UnB, 2009.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, p. 122-169, 2001.

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos estudos CEBRAP**, p. 145-156, 2010.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa família. 2018.

APÊNDICE I

Questionário para Beneficiários do Programa Bolsa Família.

1. Qual é o seu nome?

2. Qual é a sua idade?

- ☐ Menos de 18 anos
- ☐ 18-25 anos
- ☐ 26-35 anos
- ☐ 36-45 anos
- ☐ 46-60 anos
- ☐ Mais de 60 anos

3. Qual é o seu gênero?

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

4. Qual é o seu estado civil?

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ União estável

5. Quantas pessoas moram em sua casa?

6. Qual é a sua principal ocupação?

- ☐ Desempregado(a)
- ☐ Empregado(a)
- ☐ Autônomo(a)

- ☐ Dona de casa
- ☐ Estudante
- ☐ Aposentado(a)
- ☐ Outro.

7. Há quanto tempo você recebe o benefício do Bolsa Família?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1-2 anos
- ☐ 3-5 anos
- ☐ Mais de 5 anos

8. O benefício do Bolsa Família é a sua principal fonte de renda?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Como o benefício impacta a sua condição econômica?

- ☐ Muito positivamente
- ☐ Positivamente
- ☐ Neutralmente
- ☐ Negativamente
- ☐ Muito negativamente

10. Em que áreas você mais utiliza o benefício?

- ☐ Alimentação
- ☐ Saúde
- ☐ Educação
- ☐ Pagamento de contas
- ☐ Outro

11. Quantos filhos em idade escolar você tem?

12. O benefício do Bolsa Família ajudou a manter seus filhos na escola?

☐ Sim

☐ Não

13. Desde que você começou a receber o benefício, houve melhora no desempenho escolar de seus filhos?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

14. O benefício auxilia na compra de material escolar?

☐ Sim

☐ Não

15. Se parasse de receber o benefício, conseguiria manter seus filhos e/ou você estudando?

☐ Sim

☐ Não

16. O benefício do Bolsa Família ajuda na compra de medicamentos ou tratamentos de saúde?

☐ Sim

☐ Não

17. Desde que você começou a receber o benefício, houve alguma melhoria na saúde da sua família?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

18. Como você avalia o Programa Bolsa Família de forma geral?

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim

19. Você acredita que o programa contribui para a redução da pobreza no Brasil?

- ☐ Sim
- ☐ Não

20. Você conhece alguém que melhorou significativamente de vida por causa do Bolsa Família?

- ☐ Sim
- ☐ Não

21. Gostaria de compartilhar mais alguma experiência ou opinião sobre o Bolsa Família?

APÊNDICE II

Formulário de pesquisa e link de acesso.



Questionário para Beneficiários do Programa Bolsa Família.

Este questionário tem como objetivo central realizar uma análise detalhada da desigualdade social e das políticas públicas em Apodi, com foco especial no Programa Bolsa Família. Esta pesquisa é conduzida como parte integrante de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o intuito de compreender a efetividade e o impacto do Bolsa Família na redução da desigualdade socioeconômica nesta região.

Por favor, responda as questões a seguir de forma completa e sincera. Suas respostas são fundamentais para a realização deste estudo e para o desenvolvimento de conclusões relevantes e embasadas. Todas as informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Obrigada por contribuir para esta pesquisa!

<https://forms.gle/7zVsx4NPpHLqA1Wy6>

APÊNDICE III

Designs para publicação em Instagram.

